



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário Oficial

ESTADO DO PARÁ

Diretor-Geral: ACYR CASTRO

ORDEM E PROGRESSO

ANO LXIX — 72.º DA REPÚBLICA — NUM. 19.603

BELÉM — DOMINGO, 14 DE MAIO DE 1961

GABINETE DO SECRETÁRIO

PORTARIA N. 52 — DE 12 DE MAIO DE 1961

O Eng. Antonio Dias Vieira, Chefe do Serviço de Terras da Secretaria de Estado de Obras, Terras e Águas, respondendo pelo expediente da mesma por nomeação legal, etc., usando de suas atribuições e atendendo ao que requereu Leonel de Mendonça Vergolino em petição protocolada nesta Secretaria de Estado sob o n. 1025/61.

RESOLVE:

Nesta data, designar o agrimensor Alberto Moussalem, para proceder a demarcação de um lote de terras no Município de Marabá.

Dê-se ciência, cumpra-se e publique-se.

Antonio Dias Vieira,
Secretário de Estado

Homologação de sentença proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado, nos autos de compra de terras devolutas do Estado, no Município de Ourém, em que é requerente: Ronaldo Cardoso.

Considerando que o presente processo está revestido das formalidades legais;

Considerando que publicada a sentença favorável ao requerente no DIÁRIO OFICIAL de 29-1-57, nenhum recurso foi contra a mesma interposto;

Considerando tudo o mais que dos autos consta;

Homologo a sentença de fls. 15, proferida pelo Exmo. Sr. Dr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas, para que produza todos os seus efeitos de direito.

Publique-se na I. O. e volte à S. E. O. T. A. para os ulteriores legais.

Belém, 10 de maio de 1961.

Dr. AURÉLIO CORRÊA DO CARMO
Governador do Estado

Despacho proferido pelo Exmo. Sr. Dr. Governador do Estado. Em 9-5-61.

Processos:

N. 1447, de Alcindo Leite Brito. — Concedo Licença Inicial, de acordo com as informações prestadas pelo S. C. R., pagas as taxas devidas, inclusive Imposto Territorial Rural.

Despacho proferido pelo Sr. Secretário de Estado de Obras, Terras e Águas. Em 5-5-61.

Ns. 2016, 2017, 2018, 2019, 2020,

GOVERNO DO ESTADO

GOVERNADOR:

Doutor AURÉLIO CORRÊA DO CARMO

VICE-GOVERNADOR:

Dr. NEWTON MIRANDA

SECRETÁRIO DE ESTADO DO GOVERNO:

Dr. ARNALDO MORAIS FILHO

SECRETÁRIO DO INTERIOR E JUSTIÇA

Dr. PÉRICLES GUEDES DE OLIVEIRA

SECRETÁRIO DE FINANÇAS:

Sr. WALDEMAR DE OLIVEIRA GUIMARAES

SECRETÁRIO DE SAÚDE PÚBLICA:

Dr. AMILCAR CARVALHO DA SILVA

SECRETÁRIO DE OBRAS, TERRAS E ÁGUAS:

Dr. ANTONIO VIEIRA

Respondendo pelo Expediente

SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO E CULTURA:

Prof. ANTONIO GOMES MOREIRA JUNIOR

SECRETÁRIO DE PRODUÇÃO:

Dr. JOSÉ MARIA CHAVES DA COSTA

Respondendo pelo Expediente

SECRETÁRIO DE SEGURANÇA PÚBLICA:

Dr. EVANDRO RODRIGUES DO CARMO

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

Sr. CAVALEIRO DE MACÊDO

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS TERRAS E ÁGUAS

2021, 2022, 2023, 2024, 2025, 2026, 2027, 2049, 2048, 2047, 2046, 2045, 2044, 2043, 2042, 2041, 2040, 2039, 2038, 2037, 2036, 2030, 2029, 2028, da Coletoria Estadual de C. do Araguaia; 2058, de Elias Macedo Dias; 2057, de Nelly Macedo Dias; 2036, de Fernando Dias dos Santos; 2090, de Mary Cardoso Pimentel; 2089, de Eldonor de Almeida Pimentel; 1911, de Osvaldo Carneiro Fernandes; 1912 de Emílio da Silva Rodrigues; 2068 de Telésforo Martins Fontes; 2069 de Claudina Dias e Silva; 2070 de Marciano Siqueira Ferreira; 2071, Maria Andrade Souza; 2072, Meacyr Batista Campos; 2073, de Romana Corrêa da Costa Mesquita; 2074, de João Rodrigues de Moraes; 2075, de Ivo Gonçalves Vilela; 2076, de Maurício Gonçalves Vilela; 2077, de Hilda Gonçalves Teixeira; 2078, Miron José Teixeira; 2079, de Ide Gonçalves Pinho; 2080, de Nadyr Gonçalves de Melo Franco; 2081, de Aparecida Maria Vilela Frazão; 2082, de Divino Macedo Pinho; 2083,

de Euripedes de Costa Pinho; 2084, de Iondes Martins Gonçalves; 2065, de Maria Joana de Souza Lima; 2091, de Último de Carvalho; 1910, de Teófilina Andrade Farias; 2011, 2012, 2013, 2014 e 2015, da Coletoria Estadual de C. do Araguaia. — Ao S. Terras. — N. 2031, de Adamor Andrade do Couto. — Como requer, Expediente.

—Ns. 2009, 2010, 2003, 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008 da Coletoria Estadual de C. do Araguaia; 1949 de Coletoria Estadual de Vizeu; 1950, 1952, 1951, 1953, 1954, da Coletoria Estadual de Ourém; 1955, 1956 e 1957, da Coletoria Estadual de Vizeu. — Ao S. Terras.

—PN, 1964, do Tribunal Regional Eleitoral. — Expediente.

—N. 2113, do Departamento Estadual de Águas. — SEF. 2093, de Nagib Chamón. — Ao S.C.R.

—N. 2115, da Assembléia Legislativa. — S. Obras.

—N. 2085, da Assistência Judiciária do Cível S. Terras.

—N. 1961, da Câmara Municipal de Belém. — Arquiv.

—N. 1938, da Divisão do Pessoal. — Expediente.

—Ns. 1780, de Crispim Joaquim de Almeida; 1936, de Manoel Herenio de Moraes; 1934, de Maria da Silva Pontes; 1935, de Luiz Pontes dos Santos. — S.C.R.

—N. 2086, da Divisão do Pessoal. — DEA.

—Ns. 2032, de José D'Almeida; 1927, de Manoel Lira dos Santos; 1965, de Maria das Dóres Oliveira; 1929, de Domingas Nunes Brito. — S.C.R.

—Ns. 2099, 2098, 2097, 2096, 2095, 2094, 2100, 2102, 2101, 2103, 2104, 2150, 2106, 2107, da Coletoria Estadual de C. do Araguaia. — S. Terras.

—N. 2025, de Leonel de Mendonça Vergolino. — B. Portaria.

—Ns. 1930, de Maria Clarice Dias Rodrigues; 1931, de Izaias Coelho Rodrigues; 1932, de Deocleciano Coelho Rodrigues; 1947, de Sebastião Aloisio Solino; 1948, de Luso Sales Solino. — S.C.R.

LEIA NESTA EDIÇÃO

SUMÁRIO

SEÇÃO I

Atos do Poder Executivo

SECRETARIA DE ESTADO DE OBRAS T. E AGUAS

Homologação de sentença em 10/5/61.

Portaria n. 52, de 12/5/61.

Despacho do Exmo. Sr. Governador em 9/5/61.

Despachos do sr. Secretário em 5/5/61.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

Despachos do Diretor Geral.

SECRETARIA DE ESTADO DO DE OBRAS T. e AGUAS

Portaria n. 52 de 12/5/61.

Homologação de Sentenças.

SEÇÃO IV

DIÁRIO DA ASSEMBLEIA

Atas.

IMPRESSA OFICIAL DO ESTADO

Redação, Administração e Oficinas:

Avenida Almirante Barroso, 349 - Fone: 9998

Diretor - Sr. ACYR CASTRO

Secretário - Sr. AUGUSTO SOARES

Redator-chefe - Sr. MOACIR DRAGO

TABELA DE ASSINATURAS E PUBLICIDADE

ASSINATURAS:

Anual	Cr\$ 1.000,00
Semestral	" 500,00
Número avulso ..	" 5,00
Número atrasado ..	" 6,00

Estados e Municípios:

Anual	Cr\$ 1.500,00
Semestral	" 750,00

O custo do exemplar dos órgãos oficiais, na venda avulsa, será acrescida de Cr\$ 5,00 ao ano.

PUBLICIDADE:

1 página de contabilidade,
1 vez - Cr\$ 3.000,00.

1 página comum, 1 vez -
Cr\$ 2.000,00.

Por mais de duas vezes -
10% de abatimento.

Mais e cinco vezes - 20%
de abatimento.

O centmetro, por coluna -
Cr\$ 3,00.

EXPEDIENTE

As repartições públicas devem remeter a matéria destinada à publicação até às doze e trinta (12,30) horas, excetuando os sábados, em original datilografado em uma só face do papel e devidamente autenticada, devendo as rasuras e emendas ser sempre ressalvadas por quem de direito. As reclamações, nos casos de erros ou omissões, deverão ser formuladas por escrito à Diretoria, das sete e trinta (7,30), às treze e trinta (13,30) horas e no máximo, vinte e quatro (24) horas após a saída dos órgãos oficiais. A matéria paga será recebida das oito às doze e trinta (8 às 12,30) horas, e, excetuando os sábados, das quatorze (14) às dezessete (17) horas.

Executadas as para o exterior, que serão sempre anuais as assinaturas poder-se-ão tomar, em qualquer época, por seis meses ou um ano.

As assinaturas vencidas poderão ser suspensas sem aviso.

Para facilitar aos clientes a verificação do prazo da validade de suas assinaturas, na parte superior o endereço, vão impressos o número de talão do registro, o mês e o ano em que findará.

A fim de evitar solução de continuidade no recebimento dos jornais, devem os assinantes providenciar a respectiva renovação, com antecedência mínima de trinta (30) dias.

As Repartições Públicas cingir-se-ão às assinaturas anuais renovadas até 28 de fevereiro de cada ano e as iniciativas em qualquer época pelos órgãos competentes.

A fim de possibilitar a remessa de valores acompanhados de esclarecimentos solicitamos aos senhores clientes, quanto à sua publicação, preferência à remessa por meio de cheques ou vale postal, emitidos a favor do Diretor Geral da Imprensa Oficial.

Os suplementos às edições dos órgãos oficiais só se fornecerão aos assinantes que os solicitarem.

DEPARTAMENTO DO SERVIÇO PÚBLICO

Despachos proferidos pelo senhor Diretor Geral.

Em 10-5-61.

N. 4193, de Juízo de Direito da 8a. Vara - rem. pro. nom. s. - A D. P. para os atos.

N. 4.400, de Africana Tecidos, sol. pag.; 4201, de Africana Tecidos, sol. pag.; 4202, de Comerc. Indústria de Ferr. e Madeiras, sol. pag.; 4204, Comerc. Indústria de Ferr. e Madeiras, sol. pag.; 4206, de Comércio e Indústria de Ferr. e Madeiras, sol. pag.; 4207, de Comerc. Indústria de Comércio, sol. pag.; 4203, de Comércio e Indústria de Ferr. e Madeiras, sol. pag. 4212, de Represent. Tagus, sol. pag. - A D. M. para processar.

N. 4218, de Wilson da Mota Silveira, sol. pag. - A C. Jurídica para opinar.

N. 4217, de Esmeralda M. Gonçalves, sol. lic. - 1) A D. P. para o ato; 2) A superior consideração governamental.

N. 4216, de Waldette B. Margalho. - A C. Jurídica.

N. 0028, de Maria de Lourdes F. Pantoja, sal. família; 0225, de Dátila Coelho Batista Guerreiro,

sal. família. - A carteira competente.

N. 4180, da SSP, enc. fol. pag. pess. contr. - A conferência e empenho.

N. 4215, de Angelina V. Leitão, lic. rep. - 1) A D. P. para o ato; 2) A superior consideração governamental.

N. 4196, de Izaura da Costa Oliveira, sol. equipar. - A C. Jurídica.

N. 4198, de Comércio e Indústria de Ferr. e Madeiras, sol. pag.; 4197, de Nestlé, sol. pag. - A D. M. para processar.

N. 4195, do Serv. Transportes do Estado, enc. fic. func. - A funcionária Odete.

N. 4194, do Serv. T. Estado, rem. cop. por. - A D. P.

N. 3758, de Ass. Rural dos Castanheiros, sol. pag. - Vá a S.E.F.

N. 4223, de SEC, faz comunic. - A D. P. para o ato.

N. 4205, de Comerc. Indústria de Ferr. e Madeiras, sol. pag. - A D. M. para processar.

N. 4221, de Celina S. Costa, equipar.; 4220, de Felícia A. Maciel, aposent. 1.º - A D. P. para

o ato; 2) A superior consideração governamental.

N. 4222, do SSP, sol. emp. - A D. M. para empenhar.

N. 0229, de SCR. - 1) Anotar e comunicar à SEF; 2) Deferido: restituir.

N. 4210, de Ana M. Barreiros, sol. lic. - A D. P. para o ato.

N. 0229-A, de Maria Irenita Machado, sal. fm. - A carteira competente.

N. 4209, de Comerc. Indústria de Ferr. e Madeiras, sol. pag. - A D. M. p. processar.

N. 42008, de Idem. - Idem, idem.

N. 4199, de SEC, sol. prov. fornec. mater. - A D. M. para fornecer.

N. 4192, de Oficina Mecânica Fé em Deus, sol. pag. - A D. M. para empenhar.

N. 0230, de Isabel A. Silva, sal. família; 0224, de Sebastiana da Cunha Almeida; sal. família; 0223, de Leticia Maria C. Guimarães; 0226, de Waldemiro Sarmiento de Miranda, sal. família. - A carteira competente.

Ns. 4165, 4164, 6166, 5175, 4179, 4171, 4176, 4177, 4178, 4174, 4167, 4168, 4173, 4169, 4172, e 4170 da SEC, prop. noms. - A D. P. para os atos.

N. 4190 e 4184, da SEF, sol. emp. - A D. O. O. para empenhar.

Ns. 4186 e 4185, de Adriano Pimentel, sol. pag.; 4188, de M. Fernandes & Cia., sol. pag. - A D. M. para processar.

Ns. 0222, de Altair E. Nasser Ramos, sol. efetiv.; 4219, de Maria Rodrigues de Lima; adic.; 0231, de Raimunda Corrêa Pinto, sol. adic.; 0227, de Diomar Alves Farias, adic. - A C. Jurídica.

Ns. 4222, de SSP, sol. emp.; 4283, do GG, enc. exp. - A D. M. para empenho.

N. 3615, de Import. Ferragens, sol. pag. - A D. M. p. empenhar, p. verba aplicável.

N. 4187, da Imprensa Oficial, enc. fol. pag. - A conferência e empenho.

N. 4181, da SSP, enc. fol. pag. pes. diarista. - A conferência e empenho.

N. 0221, de Carlos A. Peixoto, sal. família. - A carteira competente.

N. 4182, de Astrogilda C. da Rocha, sol. 2a. via. tit. - A D. P. para expedir.

N. 4214, de João Pinheiro dos Prazeres, sol. lic. - Este DSP nada ope: 1) A superior consideração governamental.

N. 4189, do Tribunal de Contas, reg. contr. - A D. P.

N. 4213, de Creusa de Sousa Pinto, lic. - Este DSP nada ope: A D. P. para o ato. A superior consideração governamental.

N. 4224, de Olinda de N. Silva Garcia, alter. nome. - A D. P. para alterar.

N. 5690, de Maria Luiza F. Meireles, sal. família. - Volte à C. Jurídica.

Em 12-5-61.

N. 0232, de Algeny M. de Sousa, sal. família. - A carteira competente.

N. 0233, de José Brito G. de Sousa, sal. família; 0234, de José I. da Silva, sal. família. - A C. Jurídica.

N. 0236, de Gelcira de Sousa Oliveira, adic. - A D. O. O.

N. 3048, de Abílio C. da Silva, efet. - 1) A D. P. para o ato; 2) A superior consideração governamental.

N. 3782, de Tribunal de Contas, rem. reg. aposent. de Benedito L. F. - De acordo.

N. 4846, de Raimundo W. Batalha Lobão, equipar. - De acordo, com a C. - A D. P.

N. 3871, de Walquiria D. dos Santos, eft. 1) A D. P. para o ato; 2) A superior consideração governamental.

N. 3966, de Maria Madalena M. Chaves, aposent. - A D.

P. para o ato, de acordo com o parecer da C. Jurídica.

N. 3971, de Maria de Nazaré da C. Rebelo, lic. - A D. P. para o ato.

N. 3945, de Odete Aragão Brandão, sol. pag. grat. adic. - Consulte-se à SEC.

N. 4021, de Ana S. C. Siqueira, sol. lic. 1) A D. P. para o ato; 2) A consideração do Exmo. Sr. Governador.

N. 4025, de Luiza Nego Cardoso, lic. rep. - A D. P. para o ato.

N. 4060, do Depart. Exاتورias, faz comunic. reg. a func. - Cumpra-se o que pede a CJ.

N. 4107, de Pedro Otoni Pereira Franco, aposen. - Volte à C. Jurídica.

N. 4226, de GG, sol. mater. - A D. M. para providenciar.

N. 4227, de SSP, sol. emp. - A D. M. para empenhar.

N. 4229, de Imifarma Represent, sol. pag. - A D. M. para processar.

N. 4230, da SESP, enc. fol. pag. - A conferência e empenho.

Ns. 4232, de Manoel Dantas do Amaral, lic. esp.; 4233, de Raimunda de S. Graça, equiparar. - A C. Jurídica.

N. 4236, do Col. Est. Paes de Carvalho, sol. mater. - A D. M. para fornecer.

N. 4237, do Tribunal de Justiça, rem. cop. autente. - A D. P.

N. 4238, da MESBLA, sol. pag. - A D. M. para processar.

N. 4239, da SSP, enc. fol. pag. - A conferência e empenho.

N. 4240, de Colônia do Prata, req. generos. - A D. M. para fornecer.

N. 4241, de Durval Pires, sol. aposent. - A D. Jurídica.

Ns. 4242, 4243, 4244, 4245, de Ernesto Arantes & Cia., sol. pag. - A D. M. para processar.

N. 4246, de Carlos Silva, sol. lic. - A C. Jurídica.

N. 4247, do Hosp. Isolamento com. (faz). - A D. M. para providências energéticas e urgentes no sentido de regularizar.

N. 4248, do Hosp. Juliano Moreira, dev. fic. func. s. - A func. Odete.

Ns. 4250, 4251, 4252, da Livraria Vitória, sol. pag. - A D. M. para processar.

N. 4253, do SEIJ, enc. exp. - A D. M. com urgência.

Ns. 4254, 4255 e 4256, de Martin, Represent, sol. pag.; 4257, 4258 e 4259, da Estância Iuzitana, sol. pag. - A D. M. para processar e empenhar.

N. 4260, da SEG, enc. cop. autent. of. n. 155/61. - A D. P. para extrair cópia e distribuir à imprensa.

Ns. 4261, 4262, 4263, 4264, 4265, 4266, 4267, 4268, 4269, 4270, 4271, 4272, 4273, da SEC., enc. fol. pag. - A conferência e empenho.

N. 4275, da Procuradoria Geral do Estado, faz sol. - A D. M. com urgência.

N. 4276, da SEC, sol. pag. alug. - A D. O. O.

N. 4277, do Col. Est. Paes de Carvalho, rem. exp. de Francisco P. N. Mendes - A D. P. para o ato; 2) lavrar portaria nos termos do despacho governamental.

N. 4278, da Sec. prpp. nom. de Raimunda de O. Freitas.

N. 4279, do Departamento de Aguas, sol. forn. - A D. M. para atender.

N. 4282, de Maria Judith A. Alves, faz reinvidic. - A D. P. para falar com urgência.

N. 4281, de GG, sol. mater. - A D. M. para fornecerem urgência.

N. 4231, da SESP, enc. fol. pag. - A conferência e empenho.

N. 4027, de Antonia T. Ribeiro, lic. - A D. P. para o ato.

Domingo, 14

—N. 3964, de Osmarina M. dos Santos, sol. lic. — De acôrdo. Cumpra-se o que pede a C. Jurídica.

—N. 3664, de Raimunda de Deus e Silva, transf. — Adoto o parecer da C. J. A superior consideração governamental.

—N. 3967, de Carmen Fiel Cabral, aposent. — 1) A D. P. para o ato. 2) A superior consideração governamental.

—N. 3309, de Manoel A. S. Igado — Esta D. Geral adota o parecer da C. Jurídica. Vá o processo a superior consideração governamental.

—N. 6057, de Conceição Ra-

mos Sarmento, sol. pag. — De acôrdo. Vá a D. O. O.

—N. 0211, de Helio M. Campos, adic. — A D. P.

—N. 4033, de Ecanerges Guimarães, sol. lic. — A D. P. para o ato. 2) A superior consideração governamental.

—N. 4278, da SEC., prop. nom. — Consulte-se a SEC. se a cidadã a que alude a presente proposta é a mesma cuja nomeação foi proposta pelo ofício n.

—N. 3530-A-C-8, de Clovis Moreira Barata, aposent. — Cumprido o despacho supra, encaminhe-se ao T. Contas.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

PORTARIA N. 371 — DE 5 DE ABRIL DE 1961

O Diretor da Divisão Administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n. 501, datada de 5/8/52, baixada pela Diretoria Geral,

RESOLVE:

Conceder, de acôrdo com as Leis Trabalhistas ao servidor Sr. Antônio Freire, Viçia, lotado na 5a. Residência as férias regulamentares, referentes ao ano de 1958/59, a contar de 2/5 a 24/5/1961.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 5 de abril
Eng. Izidoro Gama de Azevedo
Diretor da D. A.

PORTARIA N. 372 — DE 5 DE ABRIL DE 1961

O Diretor da Divisão Administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n. 501, datada de 5/8/52, baixada pela Diretoria Geral,

RESOLVE:

as Leis Trabalhistas ao servidor Sr. Aprigio Santana Corrêa, Braçal, lotado na 5a. Residência, as férias regulamentares, referentes ao ano de 1958/59, a contar de 2/5 a 24/5/1961.

Conceder, de acôrdo com a Lei ao funcionário Luiz Otávio Pantoja, Escrivário, ref. 4-2, lotado na Secção de Comunicação, as férias regu-

Registre-se, publique-se e cumpra-se.
Departamento de Estradas de Rodagem, 5 de abril
Eng. Izidoro Gama de Azevedo
Diretor da D. A.

PORTARIA N. 373 — DE 5 DE ABRIL DE 1961

O Diretor da Divisão Administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n. 501, datada de 5/8/52, baixada pela Diretoria Geral,

RESOLVE:

Conceder, de acôrdo com as Leis Trabalhistas ao servidor Sr. Alfredo Ferreira de Souza, Braçal, lotado na 5a. Residência, as férias regulamentares, referentes ao ano de 1957/58, a contar de 2/5 a 24/5/1961.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 5 de abril
Eng. Izidoro Gama de Azevedo
Diretor da D. A.

PORTARIA N. 374 — DE 5 DE ABRIL DE 1961

O Diretor da Divisão Administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n. 501, datada de 5/8/52, baixada pela Diretoria Geral,

RESOLVE:

Conceder, de acôrdo com as Leis Trabalhistas ao servidor Sr. Manoel Carrera da Silva, Capataz, lotado na 5a. Residência, as férias regulamentares, referentes ao ano de 1956/57, a contar de 2/5 a 24/5/1961.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 5 de abril
Eng. Izidoro Gama de Azevedo
Diretor da D. A.

PORTARIA N. 375 — DE 26 DE ABRIL DE 1961

O Diretor da Divisão Administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n. 501, datada de 5/8/52, baixada pela Diretoria Geral,

RESOLVE:

Conceder, de acôrdo com as Leis Trabalhistas ao servidor Sr. Lucas Alves Chaves, Aimojarife, lotado no 1o. Distrito — 2a. Residência, as férias regulamentares, referentes ao ano de 1959/60, a contar de 2/5 a 24/5/1961.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 26 de abril
Eng. Izidoro Gama de Azevedo
Diretor da D. A.

PORTARIA N. 377 — DE 26 DE ABRIL DE 1961

O Diretor da Divisão Administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n. 501, datada de 5/8/52, baixada pela Diretoria Geral,

RESOLVE:

Conceder, de acôrdo com as Leis Trabalhistas ao servidor Sr. Raimundo Araújo, Rodoviário de 3a. classe, lotado na Polícia Rodoviária, as férias regulamentares, referentes ao ano de 1959/58, a contar de 2/5 a 24/5/1961.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 26 de abril
Eng. Izidoro Gama de Azevedo
Diretor da D. A.

PORTARIA N. 378 — DE 25 DE ABRIL DE 1961

O Diretor da Divisão Administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n. 501, datada de 5/8/52, baixada pela Diretoria Geral,

RESOLVE:

Conceder, de acôrdo com a Lei ao funcionário Luiz Otávio Pantoja, Escrivário, ref. 4-2, lotado na Secção de Comunicação, as férias regu-

lamentares, referentes ao ano de 1960/61, a contar de 1/5 a 30/5/1961.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 25 de abril
Eng. Izidoro Gama de Azevedo
Diretor da D. A.

PORTARIA N. 379 — DE 25 DE ABRIL DE 1961

O Diretor da Divisão Administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n. 501, datada de 5/8/52, baixada pela Diretoria Geral,

RESOLVE:

Conceder, de acôrdo com a Lei ao funcionário Acácio da Conceição Lobato, Of. Administrativo, ref. 12-0, lotado na D.C.C., as férias regulamentares, referentes ao ano de 1959/60, a contar de 1/5 a 30/5/1961.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 25 de abril
Eng. Izidoro Gama de Azevedo
Diretor da D. A.

PORTARIA N. 380 — DE 25 DE ABRIL DE 1961

O Diretor da Divisão Administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n. 501, datada de 5/8/52, baixada pela Diretoria Geral,

RESOLVE:

Conceder, de acôrdo com as Leis Trabalhistas ao servidor Sr. João Batista de Oliveira Damasceno, Estatístico, lotado na D.A.M., as férias regulamentares, referentes ao ano de 1958/59, a contar de 2/5 a 24/5/1961.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 25 de abril
Eng. Izidoro Gama de Azevedo
Diretor da D. A.

PORTARIA N. 381 — DE 26 DE ABRIL DE 1961

O Diretor da Divisão Administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem,

usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n. 501, datada de 5/8/952, baixada pela Diretoria Geral,

RESOLVE:

Conceder, de acordo com as Leis Trabalhistas ao Sr. José Soares Bezerra, Guarda Rodoviário de 2a. classe, lotado na Polícia Rodoviária, as férias regulamentares, referentes ao ano de 1959/60, a contar de 2/5 a 24/5/1961.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 26 de abril
Eng. Izidoro Gama de Azevedo

Diretor da D. A.

PORTARIA N. 382 — DE 25 DE ABRIL DE 1961

O Diretor da Divisão Administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n. 501, datada de 5/8/952, baixada pela Diretoria Geral,

RESOLVE:

Conceder, de acordo com as Leis Trabalhistas ao servidor Sr. Francisco Alves Simões, Apropriador, lotado na 2a. Residência — 1o Distrito, as férias regulamentares, referentes ao ano de 1960/61, a contar de 26/4 a 19/5/1961.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PORTARIA N. 383 — DE 25 DE ABRIL DE 1961

O Diretor da Divisão Administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n. 501, datada de 5/8/952, baixada pela Diretoria Geral,

RESOLVE:

Conceder, de acordo com as Leis Trabalhistas ao servidor Sr. José Paulino Gadeia, Mecânico, lotado na O. R. M. — (Castanhal), as férias regulamentares, referentes ao ano de 1959/60, a contar de 2/5 a 24/5/1961.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 25 de abril
Eng. Izidoro Gama de Azevedo
Diretor da D. A.

PORTARIA N. 384 — DE 25 DE ABRIL DE 1961

O Diretor da Divisão Administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n. 501, datada de 5/8/952, baixada pela Dire-

RESOLVE:

Conceder, de acordo com as Leis Trabalhistas ao servidor Sr. Altino Sebastião do Nascimento, Borracheiro, lotado na O. R. M. — 1, as férias regulamentares, referentes ao ano de 1960/61, a contar de 2/5 a 24/5/1961.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 25 de abril
Eng. Izidoro Gama de Azevedo
Diretor da D. A.

PORTARIA N. 385 — DE 25 DE ABRIL DE 1961

O Diretor da Divisão Administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n. 501, datada de 5/8/952, baixada pela Diretoria Geral,

RESOLVE:

Conceder, de acordo com as Leis Trabalhistas ao servidor Sr. Apogênio Moreira, Mecânico, lotado na O. R. M. — 1 (Castanhal), as férias regulamentares, referentes ao ano de 1959/60, a contar de 2/5 a 24/5/1961.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 25 de abril
Eng. Izidoro Gama de Azevedo
Diretor da D. A.

PORTARIA N. 386 — DE 25 DE ABRIL DE 1961

O Diretor da Divisão Administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n. 501, datada de 5/8/952, baixada pela Diretoria Geral,

RESOLVE:

Conceder, de acordo com as Leis Trabalhistas ao servidor Sr. Moacir Corrêa Sampaio, Lanterneiro, lotado na O. R. M. — 1 (Castanhal), as férias regulamentares, referentes ao ano de 1960/61, a contar de 2/5 a 24/5/1961.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 25 de abril
Eng. Izidoro Gama de Azevedo
Diretor da D. A.

PORTARIA N. 387 — DE 25 DE ABRIL DE 1961

O Diretor da Divisão Administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n. 501, datada de 5/8/952, baixada pela Diretoria Geral,

RESOLVE:

Conceder, de acordo com as Leis Trabalhistas ao servidor Sr. Francisco Nascimento Costa, Vigia, lotado na O. R. M. — 2 (Castanhal), as férias regulamentares, refe-

rentes ao ano de 1960/61, a contar de 2/5 a 24/5/1961.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 25 de abril
Eng. Izidoro Gama de Azevedo
Diretor da D. A.

O Diretor da Divisão Administrativa do Departamento de Estradas de Rodagem, usando das atribuições que lhe foram conferidas pela Portaria n. 501, datada de 5/8/952, baixada pela Dire-

RESOLVE:

Conceder, de acordo com as Leis Trabalhistas ao servidor Sr. João Bosco dos Santos, Ajudante, lotado na O. R. M. — 1 (Castanhal), as férias regulamentares, referentes ao ano de 1958/59, a contar de 2/5 a 24/5/1961.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Departamento de Estradas de Rodagem, 25 de abril

Eng. Izidoro Gama de Azevedo
Diretor da D. A.
DE ABRIL DE 1961

EDITAIS — ADMINISTRATIVOS

MINISTÉRIO DA GUERRA
COMANDO MILITAR
D'AMAZÔNIA
QUARTEL GENERAL DA 8a. REGIÃO MILITAR
Comissão de Concorrência Administrativa de 1960/61
EDITAL

Abre Concorrência Pública para venda de material descarregado, pertencente à Fazenda Nacional, abaixo discriminado:

De ordem do Exmo. Sr. General Div. Comandante Militar da Amazônia e 8a. Região Militar, fica aberta, pelo espaço de 30 dias, a contar da data de publicação deste Edital, a Concorrência pública, para a venda de material pertencente à Fazenda Nacional, constituída de:

Um motor GRAY MARINE DIESEL, marca Oray n. 67 182.935, descarregado da carga da 1a. 30. Btl. de Front. (Clevelândia) AP.

As propostas, em formato almagô, 22x33 cm., datilogra-

das ou manuscritas, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, serão dirigidas ao Presidente da Comissão de Concorrência Administrativa Regional, com sede neste Quartel General (Praça da Bandeira) em sobrecarta, fechada, lacrada e rubricada pelo respectivo licitante.

Essas propostas deverão ser apresentadas em três vias, sendo seladas somente a primeira via, de acordo com a Lei.

No dia do encerramento da presente concorrência, serão abertas as propostas às 10,00 horas na presença de todos os concorrentes iniciando-se logo o julgamento das mesmas, sendo estas rubricadas pelos interessados presentes.

A presente Concorrência será tornada sem efeito, se as ofertas feitas não atingirem a estimativa formulada pela Comissão de Avaliação do 'preço-base' do material.

O motor em Concorrência poderá ser examinado pelos

interessados neste Quartel General dentro das horas de expediente da Unidade.

Após a adjudicação do material ao licitante da maior oferta, igual, ou superior à estimativa feita pela Comissão de Avaliação, o adjudicatário efetuará o pagamento da caução de 15% na Tesouraria do Quartel General, sobre a quantia total da proposta vencedora, como garantia, de acordo com o art. 102, capítulo II, título VIII, da Portaria n. 63, de 27 de janeiro de 1955, do Exmo. Sr. Ministro da Guerra, cujo teor é o seguinte:

"Art. 102 — Fica estabelecido que o artigo ou material alienado em Concorrência ou Tomada de preços, só poderá ser entregue ao Adjudicatário depois de efetuado o pagamento correspondente, devendo, porém, o adjudicatário no ato da adjudicação caucionar a importância de dez por cento sobre o valor do objeto adjudicado como garantia da alienação. Essa garantia será restituída logo após a realização do pagamento total feita pelo adjudicatário ou reverterá em benefício dos cofres públicos, como renda prevista no art. 689, do RGCP se ele efetuar a indenização total correspondente ao valor do objeto adjudicado".

Quartel General do CMA e 8a. Região Militar em Belém, Pa., 9 de janeiro de 1961.
Alaúdio de Oliveira Melo
Cap. resp. pelo Pres. da CCA
(Ext. — Dia — 14/5/61)

SECRETARIA DE OBRAS, TERRAS E ÁGUAS

Compra de terras
De ordem do senhor engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Delveux Vieira Prudente, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 32.ª Comarca, 82.º Termo, 82.º Município de Vizeu e 226.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Pela frente com Leocádio Pinheiro Machado, e pelos demais lados com quem de direito, medindo 3.300 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Vizeu.
Secretaria de Obras, Terras e Águas do Estado do Pará, 12 de maio de 1961.
Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. 2209 — 14, 24-5 e 4-6-61)

Compra de terras
De ordem do senhor engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Romeu Ribeiro Prudente, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 32.ª Comarca, 82.º Termo, 82.º Município de Vizeu e 226.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Pela frente com Maria Inez Neto Rodrigues, e pelos demais lados com quem de direito, medindo 3.300 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Vizeu.
Secretaria de Obras, Terras e Águas do Estado do Pará, 12 de maio de 1961.
Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. 2216 — 14, 224-5 e 4-6-61)

Compra de terras
De ordem do senhor engenheiro chefe desta Seção, faço público que por João Martins, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pastoril, sitas na 32.ª Comarca, 82.º Termo, 82.º Município de Vizeu e 226.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se na parte Sul com Esrolido Rates Pereira, ao Norte com Antonio Soares Ribeiro, nas demais partes com quem de direito, medindo 3.300 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Vizeu.
Secretaria de Obras, Terras e Águas do Estado do Pará, 12 de maio de 1961.
Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. 2217 — 14, 24-5 e 4-6-61)

Compra de terras
De ordem do senhor engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Mario Ramos de Souza, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agro-pastoril, sitas na 32.ª Comarca, 82.º Termo, 82.º Município de Vizeu e 226.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Limita-se na parte Sul com Ismael José Oliveira, ao Norte com Abdon Lopes Cançado, e nas demais partes com quem de direito, medindo 3.300 metros de frente por 6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Vizeu.
Secretaria de Obras, Terras e Águas do Estado do Pará, 12 de maio de 1961.
Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. 2218 — 14, 24-5 e 4-6-61)

Compra de terras
De ordem do senhor engenheiro chefe desta Seção, faço público que por Maria Inez Neto Rodrigues, nos termos do art. 6.º do Regulamento de terras de 19 de Agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 32.ª Comarca, 82.º Termo, 82.º Município de Vizeu e 226.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Pela frente com Delveux Vieira Prudente, e pelos demais lados, com quem de direito, medindo 3.300 metros de frente por

6.600 ditos de fundos.

E, para que não se alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado naquele município de Vizeu.
Secretaria de Obras, Terras e Águas do Estado do Pará, 12 de maio de 1961.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. 2219 — 14, 24-5 e 4-6-61)

PREFEITURA MUNICIPAL DE BELÉM

Compra de Terras

De ordem do sr. Engenheiro-Chefe desta Seção, faço público que por Maria Melquides de Araújo, nos termos do art. 70.º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 27.ª Comarca, 72.º Termo, 72.º Município de Óbidos e 109.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: Um lote de terras devolutas do Estado, situado à margem direita do Rio Amazonas, na Costa de Cima de Óbidos, limitando-se pela frente, com as águas do Rio Amazonas; pelo lado de cima, com terras de João Matias; lado de baixo, com terras do Estado, ocupadas por Raimundo de Araújo Reis, pelos fundos, com os aningaís, medindo 30 metros de frente por 600 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que fun-

ciona a Coletoria de Rendas do Estado, naquele Município de Óbidos.

3a. Seção da Secretaria de Obras, Terras e Águas do Estado do Pará, 3 de maio de 1961.

Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. 2023 — 5, 15 e 25-5-61)

Compra de Terras

De ordem do sr. Engenheiro-Chefe desta Seção, faço público que por Raimundo Octavio de Carvalho, nos termos do art. 60.º do Regulamento de terras de 19 de agosto de 1933 em vigor, foi requerida por compra uma sorte de terras devolutas, própria para a indústria agrícola, sitas na 27.ª marca, 10.º Termo, 10.º Município de Abaetetuba e 10.º Distrito, com as seguintes indicações e limites: limitando-se pela frente, com a Rodovia Gal. Moura Carvalho; pela direita, com terras de José de Souza Santos; pela esquerda, com quem de direito, assim como pelos fundos. O lote de terras mede 250 metros de frente por 1.000 ditos de fundos.

E, para que se não alegue ignorância, será este publicado pela imprensa e afixado por 30 dias, à porta do edifício em que funciona a Coletoria de Rendas do Estado, naquele Município de Abaetetuba.

3a. Seção da Secretaria de Obras, Terras e Águas do Estado do Pará, 3 de maio de 1961.
Yolanda L. de Brito
Oficial Administrativo
(T. 2024 — 5, 15 e 25-5-61)

SERVIÇO DE NAVEGAÇÃO DA AMAZÔNIA E DE ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DO PARÁ (SNAPP) — EDITAL DE CITAÇÃO

De ordem do Sr. Engenheiro Presidente da Comissão de Inquérito instaurada por Portaria n. 57, de 8/4/1961, do Sr. Diretor Geral dos SNAPP, ficam os Srs. abaixo mencionados convidados a comparecer à sede da Mutuária, no edifício SNAPP, terceiro andar, a fim de prestarem esclarecimentos sobre fatos presumivelmente ligados às suas pessoas e os que deram origem ao referido inquérito, obedecendo a seguinte ordem:

- Dia 15 — às 09,00 horas — o primeiro escrevente marítimo, ALVARO DE OLIVEIRA FREITAS, e para os Suplentes do Sindicato de Arrumadores:
- Dia 16 — às 09,00 horas — AIRTON BELTRÃO LIMA, chapa 1508
- Dia 16 — às 10,00 horas — JOSÉ MARIA CARDOSO MAIA, chapa 1526
- Dia 16 — às 11,00 horas — ELIAS ELMESCANY, chapa 1532
- Dia 16 — às 15,00 horas — UBIRATAM TORRES DAMASCENO, chapa 1537
- Dia 16 — às 16,00 horas — JOÃO ROCHA PEREIRA DE CASTRO, chapa 1538
- Dia 16 — às 17,00 horas — HUMBERTO ANTONIO FERNANDES
- Dia 17 — às 09,00 horas — CLAUDINO DE ARAÚJO OLIVEIRA, chapa 1549
- Dia 17 — às 10,00 horas — WALTER FERREIRA DA CRUZ, chapa 1551
- Dia 17 — às 11,00 horas — ALEXANDRE GALVÃO SOARES, chapa 1550
- Dia 17 — às 15,00 horas — MANOEL FRANCO, chapa 1554
- Dia 17 — às 16,00 horas — ANTONIO JOSÉ FERNANDES, chapa 1572

Dia 17 — às 17,00 horas — GERALDO CASCIO CARVALHO CASCAES, chapa 1592

Dia 18 — às 09,00 horas — MANOEL AUGUSTO CORRÊA, chapa 1609

Dia 18 — às 10,00 horas — ARMANDO DA FONSECA BRITO, chapa 1611

Dia 18 — às 11,00 horas — JORGE AGOSTINHO DE SOUZA, chapa 1614

Belém, Pará, 10 de maio de 1961.
Eng. Agr. Adalberto da Silva Pacheco
Secretário da Comissão de Inquérito
(Ext. — Dias 13, 14 e 16/5/61)

— ANUNCIOS —

MANUEL PINTO DA SILVA S/A.

Ata da Assembléia Geral Ordinária de Manuel Pinto da Silva S/A., realizada em 10 de maio de 1961.

Aos dez dias do mês de maio de mil novecentos e sessenta e um, em sua sede social, à Praça da República cento e quarenta, às dezesseis horas, reuniram-se sob a presidência do Diretor-Presidente na forma do artigo décimo segundo dos seus estatutos, os acionistas de Manuel Pinto da Silva S/A., que representavam mais de dois terços do capital social, conforme verificação no livro de presença. Abertos os trabalhos, o Sr. Presidente convidou os acionistas Flávio de Carvalho Maroja e Manoel Pinto da Silva Júnior, para primeiro e segundo secretários respectivamente. A seguir o Sr. Presidente solicitou ao Primeiro secretário que procedesse à leitura do edital de convocação, vasado nos seguintes termos: "Manuel Pinto da Silva S/A., Assembléia Geral Ordinária, segunda convocação — Pelo presente ficam convidados os senhores acionistas desta sociedade para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, que se realizará às dezesseis horas do próximo dia dez em sua sede à Praça da República cento e quarenta, para discussão, e aprovação das contas da diretoria relativas ao exercício de mil novecentos e sessenta, eleição de diretoria para o biênio de mil novecentos e sessenta e um, mil novecentos e sessenta e dois, eleição do conselho fiscal, e mais o que ocorrer. Belém, dois de maio de mil no-

vecentos e sessenta. (a) Manuel Pinto da Silva (diretor-presidente)" — em seguida em obediência ao que preceitua o artigo cem do decreto lei número dois mil seiscentos e vinte e sete, de vinte e seis de Setembro de mil novecentos e quarenta o Sr. Presidente solicitou ao Sr. Secretário que procedesse a leitura do relatório do balanço, da conta de Lucros e Perdas e do parecer do Conselho Fiscal, documentos estes que foram publicados no Estado do Pará e no DIÁRIO OFICIAL, na forma da lei. Concluída a leitura de seis documentos, o Sr. Presidente abriu a discussão sobre os mesmos e, como ninguém se manifestasse submeteu-os à votação, sendo aprovados por unanimidade, as contas da diretoria relativas ao exercício de mil novecentos e sessenta. Com a palavra o Sr. Presidente declarou, que antes de ser procedida a eleição da diretoria que deveria reger os destinos da sociedade nos exercícios de mil novecentos e sessenta e um e mil novecentos e sessenta e dois, desejava declarar que a diretoria cujo mandato ora se encerrava não havia recebido espontaneamente os seus honorários, de vez que somente no ano em curso a sociedade iria entrar na plenitude de suas atividades, posto que, no seu primeiro exercício financeiro tinha sido cuidado exclusivamente da conclusão de construções a seu cargo, e no exercício findo, como bem demonstrara o balanço só tinha havido lançamento de despesas. A seguir o Sr. Presidente declarou que ia ser procedida a eleição da diretoria para

o biênio sessenta e um sessenta e dois. Procedida a escrutinação, foi eleita a seguinte diretoria: Para Diretor-presidente: Manuel Pinto da Silva; para Vice-presidente: Maria Moura da Silva; para diretor-geral: Lauro Cândido Almada; para diretor secretário: Osvaldo Gomes dos Reis; para diretor-técnico: Amyntas de Lemos Júnior; para sub-diretores: Manuel Alves da Costa, Silvestre Santos Guimarães Neto. A seguir foi procedida a eleição para membros do Conselho Fiscal para o exercício de mil novecentos e sessenta e um, com o seguinte resultado: — para conselheiro: Sandoval de Vasconcelos Machado, Elcio Matos Guerra e Demótenes Azevedo Ramos da Cruz; para suplentes: José Maria de Mélo Negrão, Artemis Leite da Silva, e Orlando Matos Guerra. Por proposta do acionista Flávio de Carvalho Maroja foi mantida a mesma remuneração à diretoria, estabelecida em ata de vinte e três de abril de mil novecentos e cinquenta e nove, e inserido nesta ata um voto de louvor à diretoria que terminava o seu mandato não só pela lisura com que houve nos seus atos de gestão como, o sobretudo, por terem sponte própria declinado do direito à percepção de honorários. A seguir, como mais nada houvesse e ninguém se manifestasse, o Sr. Presidente suspendeu a reunião pelo tempo indispensável à lavratura desta ata. Reiniciados os trabalhos às dozesete e trinta horas, e verificado que todos os acionistas presentes à reunião ainda se achavam no recinto, foi procedida à leitura desta ata a qual posta em votação e discussão foi aprovada unanimemente, indo ela assinada pelo Presidente, Secretários e acionistas. Manuel Pinto da Silva, presidente; Flávio de Carvalho Maroja, primeiro secretário; Manoel Pinto da Silva Júnior, segundo secretário; Maria Moura da Silva; Osvaldo Gomes dos Reis; Lauro Cândido Almada; Manuel Alves da Costa; Silvestre Guimarães; Antônio de Oliveira Marialva; Amyntas de Lemos Júnior; José Maria de

Mélo Negrão, Francisco Amador Ferreira. Antônio da Silva Lopes.

Confere com o original, a) Manuel Pinto da Silva — Presidente.

(Ext. — 14/5/61).

MANUEL PINTO DA SILVA S/A.

Ata da Assembléia Geral Ordinária de Manuel Pinto da Silva S/A., realizada no dia 29 de abril de 1961.

Aos vinte e nove dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e um, em sua sede à Praça da República número cento e quarenta, reuniram-se os acionistas que representam mais de dois terços do capital social, conforme verificação no livro de presença, de Manuel Pinto da Silva S/A., sob a presidência do seu diretor-presidente, na forma do artigo décimo segundo dos estatutos. Aberta a reunião o Sr. Presidente convidou os acionistas Flávio de Carvalho Maroja e Manoel Pinto da Silva Júnior, para secretariarem os trabalhos, como primeiro e segundo secretários respectivamente. A seguir o Sr. Presidente solicitou ao primeiro secretário que procedesse à leitura do edital de convocação, nos termos adiante transcritos; e publicados na forma da lei, em O Estado do Pará e DIÁRIO OFICIAL do Estado: "Manuel Pinto da Silva S/A. Construção Comércio e Indústria, Convocação de Assembléia Geral Ordinária. De acordo com o estatuto e o decreto lei federal número dois mil seiscentos e vinte e sete, de vinte e seis de Setembro de mil novecentos e quarenta, ficam convidados os Srs. acionistas para a reunião de Assembléia Geral Ordinária, a realizar-se no dia vinte e nove do corrente às dezesseis horas, em sua sede social para o seguinte: a) julgar as contas relatórios da diretoria, balanço, parecer do Conselho Fiscal, e demonstração da conta Lucros e Perdas, referentes ao exercício de mil novecentos e sessenta; b) eleição do Conselho Fiscal para o ano de 1961; c) eleição da diretoria para o biênio mil novecentos e sessenta e um, mil novecen-

tos e sessenta e três; d) o que ocorrer. — Belém, dezoito de Abril de mil novecentos e sessenta e um. (a) Manuel Pinto da Silva (diretor-presidente) — Em seguida o Sr. Presidente comunicou à Assembléia que, por acúmulo de serviço, o balanço relativo ao exercício findo de mil novecentos e sessenta, não tinha sido publicado no DIÁRIO OFICIAL do Estado, razão pela qual propunha que se fizesse nova convocação para o dia dez do mês entrante, de vez que, somente no dia três deste mês, segundo estava informado, seria o mesmo publicado. Os acionistas presentes manifestaram-se todos inteiramente de acordo com a proposta do Sr. Presidente, ficando pois deliberado nova convocação para o dia dez de Maio, independentemente das declarações que fossem por lei devidas ao imposto de renda antes da data. E como mais nada houvesse a tratar o Sr. Presidente suspendeu a sessão pelo tempo indispensável, à lavratura da presente ata. Reiniciados os trabalhos, e verificando que todos os acionistas se encontravam presentes foi, lida a presente ata, a qual posta em votação foi aprovada por unanimidade, indo assinada pela mesa e acionistas. Manuel Pinto da Silva — Flávio Maroja, Manoel Pinto da Silva Junior, primeiro e segundo secretários — Maria Moura da Silva, Osvaldo Gomes dos Reis, Leuro Cândido Almada, Manuel Alves da Costa, Silvestre Guimarães, Antônio de Oliveira Marialva, Amyntas de Lemos Júnior, José Maria de Mélo Negrão, Francisco Amador Ferreira, Antônio da Silva Lopes.

Confere com o original:

(a) Manuel Pinto da Silva — Presidente.

(Ext. — 14/5/61).

COMÉRCIO E INDÚSTRIA SÃO PEDRO S. A.

Ata da reunião ordinária da Assembléia Geral de Comércio e Indústria São Pedro S. A., realizada às 16,30 horas do dia 24 de abril de 1961.

Aos 24 dias do mês de abril de 1961, às dezessete horas e trinta minutos, no escritó-

rio da Empresa, à Estrada do Arsenal s/n., perímetro entre as ruas Cesário Alvim e Veiga Cabral, totalizando mais de dois terços (2/3) do capital social, conforme se verifica no Livro de Presença de Acionistas, reuniu-se a Assembléia Geral Ordinária desta sociedade. Verificado portanto número legal e de acordo com os estatutos, exatamente às 16,30 horas o acionista Lísio dos Santos Capela, indicou o acionista Dr. José das Neves Capela para presidir a reunião, que aceito e aclamado pelos presentes assumiu e agradeceu à Assembléia, a sua indicação, convidando, a ser para secretários os acionistas Lídia Neves dos Santos Coimbra e Encarnação Neves dos Santos dando início aos trabalhos. O Sr. Manoel dos Santos Ribeiro Coimbra, acionista, solicitou a palavra sugerindo a dispensa da leitura do Edital de Convocação publicados nos dias 15, 16 e 17 do mês corrente. Em seguida, o Presidente solicitou ao 1.º secretário que procedesse à leitura do Relatório da Diretoria, Balanço, Contas de Lucros e Perdas e do Parecer do Conselho Fiscal, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 1960. Após a leitura o Sr. Presidente submeteu estes documentos à discussão e aprovação, o que foi aprovado por unanimidade, não tendo os componentes da Diretoria exercido qualquer influência. Em seguida o Sr. Presidente procedeu à eleição dos membros do Conselho Fiscal, cujo mandado estava findo, verificando-se após a votação a reeleição dos seguintes membros do Conselho Fiscal: Mary Mansur, Antônio Pereira Pedrosa e José Lourenço, para suplentes foram eleitos os seguintes: Dr. Scilla Lage da Silva Filho, Leonel dos Santos Cordeiro e Dr. Franti da Costa Barbosa, todos sem impedimento legal. Ainda com a palavra, o Sr. Presidente informou haver em pauta para ser submetido à apreciação da Assembléia a aplicação da quantia de Cr\$ 600.000,00 (seiscentos mil cruzeiros), lançado no Balanço como Lucros em Suspensão. O acio-

nista Manoel José Ribeiro Coimbra propôs à Assembléia deixar para futura aplicação aquela quantia, através de realização de Assembléia Geral Extraordinária a ser convocada, o que fôra aprovada por todos os presentes. Solicitando a palavra o acionista Lísio dos Santos Capela agradeceu, em nome da diretoria, a confiança depositada por todos os acionistas. O Presidente colocou a palavra à disposição de quem dela quizesse fazer uso e como ninguém se manifestasse foi a presente reunião suspensa pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, por mim, 1.º secretário, no livro competente, que lida, posta em discussão e aprovada sem qualquer impugnação, vai assinada pelos membros da Mesa e demais acionistas presentes, sendo assim encerrados os trabalhos às 18 horas e 15 minutos.

Belém, 24 de abril de 1961.

(aa) José das Neves Capela, Presidente — Lídia Neves dos Santos Coimbra, 1.º Secretário — Encarnação Neves dos Santos, 2.º Secretário — Lísio dos Santos Capela — Manoel José Ribeiro Coimbra — Manoel dos Santos Ribeiro Coimbra.

A presente cópia autêntica da ata da Assembléia Geral Ordinária, lavrada às folhas n. 3 e 4 do Livro de atas das Assembléias Gerais de Comércio e Indústria São Pedro S. A., confere com o original — (a) Lísio dos Santos Capela, Diretor

CARTÓRIO QUEIROZ SANTOS

Reconheço como verdadeira, a firma supra assinalada com esta seta.

Em testemunho. AQS da verdade.

Belém, 4 de maio de 1961.

— (a) Armando de Queiroz Santos, Tabelião.

Cr\$ 600,00

Pagou os Emolumentos na 1.ª via na importância de seiscentos cruzeiros.

Recebedoria, 5 de maio de 1961. — O funcionário (a) ilegível.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DO PARÁ

Esta ata em 4 vias foi apresentada no dia 5 de maio de 1961 e mandado arquivar por despacho do Diretor na mesma data, contendo 1 folha de n. 786, que vai por mim rubricada com o apelido Aranha de que faço uso. Tomou na ordem de arquivamento o n. 342/61. E para contar eu Carmem Celeste Tenreiro Aranha, segundo oficial fiz a presente nota. Junta Comercial do Estado do Pará, em Belém, 5 de maio de 1961. — O Diretor — (a) Oscar Faciola.

(T. — 2215 — 14/5/61)

AMAZÔNIA S/A — EMPREENDEMENTOS E ADMINISTRAÇÃO Assembléia Geral Extraordinária CONVOCAÇÃO

Convidamos os srs. acionistas da Amazônia S/A — Empreendimentos e Administração, a se reunirem na sede social, à Av. Portugal n. 209-2.º andar, no próximo dia 30 de maio, às 10 horas da manhã, para tratar dos seguintes assuntos:

- Homologação do aumento de capital;
- Reforma dos Estatutos;
- Assuntos de interesse social.

Belém, 12 de maio de 1961.

(a) Dr. Carlos M. Albuquerque, Diretor.

(Ext. — Dias 13, 14 e 16/5/61)

ROFAMA, FERRAGENS, S/A.

Assembléia Geral Extraordinária

Convidamos os senhores Acionistas a comparecerem a reunião da Assembléia Geral Extraordinária, à realizar-se em nossa sede social, sito à rua 15 de Novembro, n. 154, no próximo dia 17, às 17 horas, a fim de deliberarem sobre:

- Reforma dos Estatutos Sociais;
- Aumento do Capital Social;
- O que ocorrer.

Belém, 10 de maio de 1961.

(a) Roberto Farid Elias Massoud, Diretor Presidente.

(Ext. — 13, 14 e 16/5/61)

BANCO COMERCIAL DO PARÁ S/A.
Fundado em 1869

CARTA PATENTE N. 736 — DE 21 DE OUTUBRO DE 1947
BALANCETE EM 29 DE ABRIL DE 1961

A T I V O		P A S S I V O	
A — Disponível		F — Não Exigível	
Caixa		Capital 30.000.000,00	
Em moeda corrente	32.447.854,60	Fundo de reserva legal	1.926.608,20
Em depósito no Banco do Brasil	24.127.983,40	Fundo de previsão	2.101.838,00
Em depósito à o/da Sup. da Moeda e		Outras reservas	2.340.300,00 36.368.746,20
Crédito	28.840.000,00		
Em outras espécies	4.628.176,60 90.044.014,60		
		G — Exigível	
B — Realizável		Depósitos	
Letras do Tesouro Nacio-		à Vista e a curto prazo :	
nal	10.000.000,00	de Poderes Públicos	5.046.801,50
Empréstimos em C/Cor-		de Autarquias	72.153,40
rente	37.637.628,10	em C/C Sem Limite	202.102.368,00
Empréstimos Hipotecários	33.102.266,20	em C/C Limitadas	9.609.125,60
Títulos Descontados	187.136.403,90	em C/C Populares	33.463.310,70
Letras a Receber de C/		em C/C Sem Juros	25.352.119,30
Própria	187.000,00	Outros depósitos	1.104.815,70 276.750.694,20
Correspondentes no País	10.711.572,00		
Outros créditos	1.095.160,40 279.870.030,60		
		A Prazo :	
Imóveis	600.000,00	de diversos :	
Títulos e valores mobi-		a prazo fixo	35.193.300,00
liários :		de aviso prévio	5.555.622,70 40.748.922,70
Apólices e Obrigações Fe-			
derais, inclusive as em			
dep. no Banco do Brasil			
à o/da Sup. da Moeda			
e do Crédito no valor			
nominal de Cr\$	250.000,00 701.925,00		317.499.616,90
Apólices Estaduais	40,00		
Ações e Debentures	108.595,00 810.500,00	Outras Responsabilidades	
		Títulos redescontados ...	10.730.000,00
Outros valores	533.112,00 281.813.702,60	Obrigações diversas	173.192,80
		Correspondentes no País	9.409.522,60
C — Imobilizado		Ordens de pagamento e	
Edifício de uso do Banco	200.000,00	outros créditos	680.077,70
Móveis e utensílios	4.970.168,40	Dividendos a Pagar	865.557,00 21.858.350,10 339.357.967,00
Instalações	6.385.280,20 11.555.448,60		
		H — Resultados Pendentes	
D — Resultados Pendentes		Contas de resultados	16.008.481,00
Juros e descontos	602.294,90		
Impostos	228.114,50	I — Contas de Compensação	
Despesas gerais	7.491.619,00 8.322.028,40	Depositantes de valores em gar. e cus-	
		tódia	67.283.829,40
E — Contas de Compensação		Depositantes de títulos em cobrança :	
Valores em garantia	65.078.712,40	do País	28.843.601,40
Valores em custódia	2.205.117,00	Outras contas	28.869.983,60 124.997.414,40
Títulos a receber de O/Alheia	28.843.601,40		
Outras contas	28.869.983,60 124.997.414,40		
	Cr\$ 516.732.608,60		Cr\$ 516.732.608,60

Belém, 12 de maio de 1961.

Os Diretores : (a.a.) Dr. Sulpício Ausier Bentes — Alexandrino Gonçalves Moreira e Antonio Nicolau Viana da Costa
(a.) José Maria Borges de Carvalho — Contador — C. R. C. 0811.

(Ext. — 14/5/61)

CIA. E GÁS DO PARÁ
2.ª Convocação

Convocamos os senhores acionistas da Cia. de Gás do Pará, em segunda convocação, a reunirem-se em Assembléia Geral Extraordinária, às 18 horas do dia 20 do corrente, em sua sede social, à Av. Presidente Vargas, n. 688, a fim de deliberarem sobre o seguinte:

a) Aprovação do aumento de capital autorizado por Assembléia Geral Extraordinária de 20 de fevereiro p.p.;

b) Reforma dos artigos 5.º, 16.º e 19.º dos Estatutos sociais de acordo com proposta da Diretoria com Parecer do Conselho Fiscal.

Belém, 10 de maio de 1961.

Edilardo Avelar, Diretor-Geral; Americo Neves, Diretor Administrativo.

(Ext. — Dia 13, 14 e 16/5/61)

FAZENDAS SANTA CRUZ DA TAPERA S/A.
Assembléia Geral Extraordinária

Atendendo a solicitação de alguns acionistas, convoco todos os nossos acionistas para a sessão extraordinária de Assembléia Geral, a ter lugar no próximo dia 12 de junho, às 17 horas, no prédio à Av. Independência, n. 565, com o fim especial de deliberar sobre a explanação que será feita pelos mesmos.

Belém, 12 de maio de 1961.

(a.) Mario Acatauassú Nunes, Diretor Administrativo.

(Ext. — 13, 31/5 e 12/6/61)

CONSTRUTORA "GUALO" S/A
ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA
Convocação

Convocamos os Senhores Acionistas da Construtora GUALO S/A, para se reunirem em Assembléia Geral Extraordinária, em sua sede social, à Av. Presidente Vargas, n. 145, Edifício Palácio do Rádio, sala 303, no dia 19 do corrente, às 10,00 horas, para deliberarem e aprovarem o seguinte:

I — Venda de veículo considerados inservíveis para uso da Empresa;

II — O que ocorrer.

Belém, 11 de maio de 1961.

(a.) Dr. Affonso Lopes Freire, Dir.-Presidente.

(Ext. — Dias 11, 13 e 14-5-61)

COMÉRCIO E INDÚSTRIA DE FERRAGENS E MADEIRAS, S. A.
Assembléia Geral Extraordinária
AUMENTO DE CAPITAL

Convidamos os senhores acionistas de Comércio e Indústria de Ferragens e Madeiras, S. A., para a reunião da Assembléia Geral Extraordinária a realizar-se no dia vinte (20) de maio corrente, na sede social, à Avenida Almirante Barrosó, 65/73, nesta cidade, às dezessete (17) horas, a fim de deliberarem sobre os seguintes atos já autorizados na reunião da Assembléia Geral Extraordinária de 10 de dezembro de 1960:

a) efetivação do aumento do capital e da absorção da Sociedade Abílio Tavares, Ferragens, S. A.;

b) alteração dos estatutos;

c) o que ocorrer.

Belém (Pa), 2 de maio de 1961.

(a.) Bento José da Costa — Presidente.

(Ext. — 4, 7 e 14/5/61)

(*) CUSTÓDIO COSTA, COMÉRCIO E INDÚSTRIA S/A.
Assembléia Geral Extraordinária
CONVOCAÇÃO

Convoco os senhores acionistas de Custódio Costa, Comércio e Indústria S/A, para se reunirem em assembléia geral extraordinária a realizar no próximo dia 4 de maio, às 10 horas da manhã, na sede social à Rua Gaspar Viana, 359 para tomarem deliberações sobre o seguinte:

a) Eleição da Diretoria nos termos do Capítulo III artigo 80. dos Estatutos.

b) O que ocorrer.

Belém, 26 de abril de 1961.

Erico Parente de Araújo — Presidente

(*) Por omissão de paginação, deixou de ser publicado, nas datas de 27, 28/4 e 4/5/61.

(Ext. — 9, 10 e 16/5/61)

EDITAIS — JUDICIAIS
JUSTIÇA DO TRABALHO — 8.ª REGIÃO
2.ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM (PARÁ)
Citação

Faço saber, pelo presente edital de citação, que fica citado Deocleciano Bendochi Alves, residente em lugar incerto e não sabido, para pagar no prazo de quarenta e oito horas, ou garantir a execução sob pena de penhora a importância de trinta e nove mil seiscientos e quarenta e seis cruzeiros (Cr\$ 39.646,00), referente ao principal e mais mil cento e dezoito cruzeiros e noventa centavos (Cr\$ 1.181,90), referente as custas, da condenação em que incorreu no processo de reclamação número 2.2ª JCJ 116/61, em que foi reclamado e reclamante Walfredo dos Santos nos termos da sentença de fls. cujo teor é o seguinte: — "Resolve a Junta por unanimidade de votos julgar procedente a reclamação para condenar o reclamado Deocleciano Bendochi Alves, a pagar ao reclamante Walfredo dos Santos, a quantia de trinta e nove mil seiscientos e quarenta e seis cruzeiros de salários dos meses de novembro, dezembro de mil novecentos e sessenta, e vinte e seis dias de janeiro do corrente ano. Custas pela reclamada sobre o valor da condenação, na quantia de mil cento e dezoito cruzeiros e noventa centavos, em selos federais. Caso não pague, nem garantia a execução no prazo supra, proceda-se a penhora em tantos bens quantos bastem para integral pagamento da dívida. O que cumpra, na forma da lei. Belém, 9 de maio de 1961. Eu, Maria Luísa Barroso Marinho, Auxiliar Judiciário PJ-6, datilografado. F. eu, Geraldo Soares Dantas, Chefe de Secretaria, subscrevo.

Visto: — Cássio Pessoa de Vasconcelos, Juiz Presidente da 2.ª J.C.J. de Belém.

Notificação

Pelo presente, ficam notificados Orlando Mota, para ciência de que foi protocolada nesta Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, à Avenida Nazaré, número duzentos, a reclamação de Manoel Ferreira de Araújo, braçal, casado, brasileiro, residente à Estrada Nova s/n, em Icoaracy. A dita reclamação pleiteia aviso prévio (30 dias, Cr\$ 7.680,00) indenização (1 período Cr\$ 7.680,00) férias simples (1 período Cr\$ 5.120,00); diferença de salário, líquido; horas extras, líquido e Descanso remunerado também líquido.

Outrossim, fica notificado para comparecer a audiência desta Segunda Junta de Conciliação e Julgamento, à Avenida Nazaré, número duzentos, dia doze de junho próximo, às quinze horas e trinta minutos (15,30), quando será instruído e julgado a referida reclamação; e que deverá apresentar nessa audiência as provas que julgar necessárias para sua defesa, como documentos, testemunhas, estas no máximo de três (3). A essa audiência deverá comparecer pessoalmente, ou por preposto autorizado, pois assim, não fazendo ser-lhe aplicada a pena de revelia e confissão quanto à matéria do fato.

Secretaria da Segunda Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, 9 de maio de 1961.

(a.) Geraldo Soares Dantas, Chefe de Secretaria.

JUSTIÇA DO TRABALHO — 8.ª REGIÃO
1.ª JUNTA DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO DE BELÉM (PARÁ)

Pelo presente fica notificado Mario Silva Brandão, reclamante no processo número 1.ª JCJ-1.347/60 em que é reclamada E. Rosseti & Cia. Ltda., para, no prazo de três dias, indicar ava-

liador no processo supra citado. Secretaria da Primeira Junta de Conciliação e Julgamento de Belém, em 10 de maio de 1961.

(a.) Inocencio Machado Coelho, Chefe de Secretaria.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA (PARÁ)

Faço público, para conhecimento de quem interessar possa, que, às fls. 166 dos autos de Apelação Cível da Comarca da Capital, entre partes, como apelante, Joaquim Pereira Valente, e apelados, José de Castro Martinez e outros, foi pelo Exmo. Sr. Desembargador Presidente exarado o seguinte despacho:

"Vistos, etc.

Anuente de Castro Martinez, José de Castro Martinez e sua mulher, com fundamento no art. 101, letra a, da Constituição Federal, recorrem, extraordinariamente, do V. Acórdão n. 119, deste E. Tribunal, constante de fls. 158, arguindo violação do art. 141, § 16, da Constituição Federal.

Não admito o recurso, porque o V. Acórdão decidindo a hipótese não violou direito inerente à propriedade, garantido pela Const. Federal, na conformidade do arguido.

Custas, como da Lei P. R. (a.) Alvaro Pantoja, Presidente".

Dado e passado nesta Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado, Belém, aos 9 dias de maio de 1961.

(a.) Wilson Rebelo, Escrivão.

COMARCA DA CAPITAL HASTA PÚBLICA

O Doutor Washington Costa Carvalho, Juiz de Direito da 10ª. Vara da comarca, da Capital do Estado do Pará, República dos Estados Unidos do Brasil, etc.

Faz saber aos que o presente edital de hasta pública, virem ou dele tiverem conhecimento que no dia 16 de maio próximo, às 10 horas, à porta da sala das audiências deste Juízo irá a público pregão de venda e arrematação em Hasta Pública os seguintes bens penhorados na Ação executiva que Aurélio Gomes Martins, move contra F. Santana: — Uma máquina própria para furar madeira, avaliada no estado em Cr\$ 12.000,00 (doze mil cruzeiros); Uma serpa circular, no estado, avaliada em Cr\$ 18.000,00 (dezoito mil cruzeiros); Uma banca de madeira e suas polias, no estado, avaliada em Cr\$ 5.000,00 (cinco mil cruzeiros), e um motor a óleo cru, no estado, avaliado em Cr\$ 30.000,00 (trinta mil cruzeiros). Importa o monte global das avaliações em Cr\$ 65.000,00 (sessenta mil cruzeiros).

Quem pretender arrematar ditos bens deverá comparecer no dia, hora e local acima designados, a fim de dar o seu lance ao porteiro dos auditórios, devendo ser aceito o de quem mais der sobre as avaliações. O comprador pagará à banca o preço da arrematação, custas inclusive carta e comissões do escrivão e leiloeiro na base de um e meio por cento e três por cento respectivamente.

E para que chegue ao conhecimento de todos e ninguém possa alegar ignorância será o presente publicado pela imprensa e afixado no lugar do costume. Dado e passado nesta cidade de Belém do Pará, aos 21 de março de 1961. Eu, Amílcar Câmara Leão, escrivão interino escrevi. — (a.) Washington Costa Carvalho, Juiz da 10ª. Vara.

(Dia — 14/5/61)



ESTADOS UNIDOS DO BRASIL

Diário da Assembléia

ESTADO DO PARÁ

ANO IX

BELEM — DOMINGO, 14 DE MAIO DE 1961

NUM. 1.266

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Ata da sessão de instalação da Assembléia, em quinze de abril de mil novecentos e sessenta e um.

Aos quinze dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e um nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, às dez horas e dez minutos no salão de sessões da Assembléia Legislativa, edifício da Municipalidade, presentes os Excelentíssimos senhores deputados Agenor Moreira, Alcides Sampaio, Alvaro Kzan, Anibal Duarte, Benedito Carvalho, Ciriaco Oliveira Dionísio Carvalho, Elias Salame, João Viana, Massud Ruffeil, Reis Ferreira, Rodolpho Chermont Junior, Ignácio Moura Filho, Fernando Magalhães, Geraldo Palmeira, Stélio Maroja, Victor Paz, Cléo Bernardo, Adriano Gonçalves, Dário Dias, Edir Rocha, Milton Dantas, Wilson Amanajás, Alfredo Gantus, Américo Silva, Benedito Monteiro, Waldemir Santana e Gurjão Sampaio, e mais os senhores representantes do Governador da República, comandante do Estado representante dos militares, Arcebispo Metropolitano, Presidentes dos Tribunais de Justiça, Eleitoral e de Contas, Superintendente da Valorização da Amazônia, várias autoridades civis e militares e pessoas gradas. O senhor Presidente Newton Miranda, secretariado pelos deputados Avelino Martins e Acindino Campos ao abrir a sessão, convidou os senhores representante do Governador Aurélio do Carmo, Arcebispo Metropolitano e Presidente do Tribunal de Justiça para tomarem assento na Mesa que dirigia os trabalhos, sendo a seguir procedida a leitura da ata da sessão preparatória do dia treze, a qual foi aprovada. A presidência anunciando que o motivo da presente sessão era para a instalação dos trabalhos do terceiro período da quarta legislatura, comunicou o envio da Mensagem Governamental e que em virtude de ter sido distribuída aos senhores deputados, deixava de ser lida naquela oportunidade. Dando andamento à sessão a presidência, pela ordem, concedeu a palavra aos senhores deputados Stélio Maroja, representante do Partido Social Progressista; Geraldo Palmeira, representante do Partido Republicano e Reis Ferreira, Democrático. Todos se manifestaram de uma maneira a merecer aplausos dos presentes, abordando representante do Partido Social do assuntos concernentes à nossa vida interna e externa, dentre os quais, foi realçado a necessidade de maior apoio para a Amazônia, há muito desprezada pelos poderes públicos. Antes de encerrar a sessão, o senhor Presidente agradeceu a presença das autoridades, e formulou um apelo aos senhores deputados, para que to-

dos unidos, prestem uma parcela dos seus trabalhos, pelo progresso do Brasil e quicá, do Pará. A presente sessão foi encerrada às onze horas e cinquenta minutos, sendo os presentes recepcionados no Salão de Honra deste Poder. Foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa. Sala das sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Pará. Em quinze de abril de mil novecentos e sessenta e um. — (aa) Vice-Governador, Newton Miranda, Presidente; Avelino Martins e Alvaro Kzan, Secretários.

Ata da quinta sessão ordinária da Assembléia, em vinte e quatro de abril de mil novecentos e sessenta e um.

Aos vinte e quatro dias, do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e um nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, às quinze horas, no salão de sessões da Assembléia Legislativa, edifício da Municipalidade, presentes os Exmos. Srs. Deputados Agenor Moreira, Alcides Sampaio, Alvaro Kzan, Anibal Duarte, Ciriaco Oliveira, Dionísio Carvalho, Reis Ferreira, Rodolpho Chermont Junior, Ignácio Moura Filho, Abel de Figueiredo, Geraldo Palmeira, Santa Brigida, Simpliciano Medeiros, Stélio Maroja, Cléo Bernardo, Amintor Cavalcante, Adriano Gonçalves, Dário Dias, Milton Dantas, Wilson Amanajás, Alfredo Gantus, Américo Silva, Benedito Monteiro, Efraim Bentes e Waldemir Santana. O Sr. Presidente Newton Miranda secretariado pelos Deputados Acindino Campos e Victor Paz, constando haver número legal, deu por abertos os trabalhos, mandando proceder à leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada. O primeiro orador da hora do expediente foi o deputado Cléo Bernardo, que fez locução ao grande nacionalista que foi Tiradentes, e ressaltou a personalidade do Partido Socialista Brasileiro, que completara mais um ano de fundação. Nesta exultação, o orador abordou a invasão de Cuba, manifestando a sua repulsa contra o imperialismo norte-americano, concluindo dando viva à paz mundial. Seguiu-se na tribuna o Deputado Geraldo Palmeira que, depois de proceder a leitura de uma carta que recebeu do senhor Cavaleiro de Macedo, a respeito das críticas que formulara em

sessão anterior contra o govêrno do Estado, motivadas por transferência de dotações que considerou ilegais, estendeu-se em considerações sobre o assunto, reafirmando a sua posição, por achar que esse procedimento, se constituía em uma imoralidade administrativa. A seguir, o Deputado Reis Ferreira assumiu a tribuna e defendeu o govêrno do Estado das críticas que foram formuladas pelo Deputado Geraldo Palmeira, afirmando que na oportunidade as suas contas seriam examinadas, e daí se saberem legais ou não. O Deputado Efraim Bentes denunciou a maneira incorreta como vem se processando as concorrências públicas do Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, solicitando ao Presidente desta Assembléia que leve ao conhecimento do Govêrno do Estado, para uma providência que se faz imediata e necessária. Na primeira parte da ordem do dia, foram aprovados, os seguintes requerimentos: de licença formulados pelos Deputados Elias Salame e Milton Dantas; do Deputado Milton Dantas, de congratulações pela nomeação do engenheiro Levindo Carneiro, para Superintendente da Petrobrás, na região amazônica; setenta e oito barra sessenta e um do Deputado Cléo Bernardo, que trata de energias providências contra as irregularidades praticadas pela Rio Impex. O requerimento setenta e sete barra sessenta e um do Deputado Milton Dantas, que trata da extinção do Instituto Brasileiro do Café, em nosso Estado, foi rejeitado, depois da manifestação contrária do Deputado Geraldo Palmeira que, aproveitando a oportunidade, procedeu a leitura, em seu poder, de vários documentos relacionados com o contrabando do café em nosso Estado, através de diversas firmas. Anunciada a discussão do requerimento do Deputado Adriano Gonçalves, de aplausos ao Deputado Federal Clovis Ferro Costa, pela sua posição nacionalista, pela encampação das refinarias de petróleo pertencentes a particulares, recebeu o apóio e a solidariedade de todas as bancadas, através de seus líderes, Deputados Reis Ferreira, Benedito Monteiro, Stélio Maroja e Cléo Bernardo, tendo este ficado inscrito para continuar discutindo a matéria,

uma vez que a hora foi declarada esgotada. Na segunda parte da ordem do dia, foi apreciado o processo cento e vinte e oito barra cinquenta e nove do Deputado Newton Miranda, dispondo sobre a modificação do Regimento Interno da Assembléia, oportunidade em que o Deputado Amintor Cavalcante encaminhou à Mesa o restante de suas emendas, e como ninguém mais quisesse discutir, a presidência anunciou a sua retirada da pauta, tendo em vista, de acôrdo com o que foi deliberado, a impressão dos avulsos das emendas apresentadas para conhecimento dos senhores deputados, sendo depois procedida a sua votação, não cabendo mais emendas. Em primeira discussão, pelo Deputado Cléo Bernardo, foi apreciado o processo seiscentos e setenta barra sessenta do deputado Benedito Carvalho, modificando o parágrafo primeiro do artigo trinta e quatro, da Constituição do Estado, que levantou uma preliminar para que fosse ouvido o Tribunal de Contas, para que o mesmo se manifeste pela necessidade ou não da criação de cargos de Ministros, no referido Tribunal. A preliminar não foi votada, por falta de "quorum". A presente sessão foi encerrada às dezessete e trinta e cinco minutos sendo marcada outra para o dia seguinte, à hora regimental. Foi lavrada a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa. Sala das sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em vinte e quatro de abril de mil novecentos e sessenta e um. (aa) Newton Burlamaqui de Miranda, presidente; Acindino Campos Miguel Santa Brigida, secretários.

Ata da primeira sessão ordinária da Assembléia, em dezessete de abril de mil novecentos e sessenta e um.

Aos dezessete dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e um nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, às quinze horas e dez minutos no salão de sessões da Assembléia Legislativa, edifício da Municipalidade, presentes os Excelentíssimos senhores deputados Agenor Moreira, Alvaro Kzan, Anibal Duarte, Benedito Carvalho, Ciriaco Oliveira, Elias Salame, João Viana, Massud Ruffeil, Pedro Carneiro, Reis Ferreira, Rodolpho Chermont Junior, Ignácio

Moura Filho, Abel de Figueiredo, Fernando Magalhães, Geraldo Palmeira, Santa Brígida, Stélio Maroja, Victor Paz, Cléo Bernardo, Adriano Gonçalves, Dário Dias, Edir Rocha, Milton Dantas, Wilson Amanajás, Alfredo Gantuss, Américo Silva, Benedito Monteiro, Waldemir Santana. O senhor Presidente Newton Miranda, secretariado pelos deputados Avelino Martins e Acindino Campos, constatando haver número legal, deu por abertos os trabalhos, mandando proceder a leitura das atas preparatórias e de instalação do presente período legislativo, da quarta legislatura, as quais foram aprovadas. O primeiro orador da Hora do Expediente foi o deputado Reis Ferreira, que depois de proceder a leitura de um telegrama que enviara ao senhor Ministro da Agricultura, a respeito do preço básico decretado para os nossos principais produtos, conferiu um voto de confiança ao Presidente da República na esperança de que no seu governo o Brasil caminhará para melhores dias. Encerrou a sua oração, formulando um apêlo ao Ministro da Agricultura, no sentido de que Sua Excelência promova estudos eficientes para a modificação do nosso sistema crediário. Seguiu-se na tribuna o deputado Adriano Gonçalves, que iniciou o seu discurso, manifestando a sua repulsa pela invasão do território cubano, estendendo-se, daí, numa dissertação sobre a nossa borracha, a queda da sua produção, e a exploração que sofreu e vem sofrendo, por parte de firmas estrangeiras. Continuava a usar da palavra, quando a hora foi esgotada, tendo ficado inscrito para continuar na sessão seguinte. Na Primeira Parte da Ordem do Dia, foram aprovados, os seguintes requerimentos: do deputado Milton Dantas, de congratulações e felicitações, pela passagem do aniversário natalício do professor Paulo Maranhão, e do deputado Benedito Monteiro, que trata de pesar pela invasão de Cuba. Sobre este requerimento se manifestaram os deputados Cléo Bernardo, Reis Ferreira, Geraldo Palmeira, Adriano Gonçalves, Stélio Maroja e o seu autor, sendo o mesmo aprovado contra os votos dos deputados Reis Ferreira, Trâncio Moura Filho, Benedito Carvalho e Agenor Moreira, enquanto que o deputado Abel de Figueiredo manifestou as suas restrições. O deputado Cléo Bernardo encaminhou à Mesa um requerimento, denunciando que os americanos estão construindo ao norte do Pará, uma base de foguetes teleguiados, e solicitando providências a respeito. O deputado Milton Dantas encaminhou à Mesa, os seguintes requerimentos: que trata do uso do "Pijão" pelos senhores deputados, nos serviços internos do Assembléa, e solicitando ao Presidente da República, a liberação dos carros apreendidos nesta Capital, pertencentes aos motoristas profissionais. Em explicação pessoal usou da palavra o deputado Avelino Martins, para reafirmar a sua posição dentro da União Democrática Nacional, em cujo Partido, dentro do Poder Legislativo, tem procurado servir o povo paraense, que lhe conferiu o seu voto, por que em si, depositava a sua confiança. Disse o representante udenista, que não foi eleito pelo mapismo e nem a custa de juizes, sua posição é de luta e que jamais se corrompeu, e que por isto mesmo esta-

va com a sua consciência tranquila e disposto a continuar a lutar em favor da terra paraense. Nada mais foi tratado, sendo a presente sessão encerrada às dezessete horas e trinta minutos, e marcada outra para o dia seguinte, à hora regimental. Foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa. Sala das sessões da Assembléa Legislativa do Estado do Pará, em dezessete de abril de mil novecentos e sessenta e um. (aa) — Vice-Governador, Newton Miranda — Presidente. Avelino Martins e Acindino Campos — Secretários.

Ata da Sessão Preparatória da Assembléa, em treze de Abril de mil novecentos e sessenta e um.

Aos treze dias do mês de Abril do ano de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, às nove horas e dez minutos do salão de Sessões da Assembléa Legislativa, edificio da Municipalidade, presentes os Excelentíssimos senhores deputados Acindino Campos, Agenor Moreira, Alcides Sampaio, Anibal Duarte, Dionísio Carvalho, Ciriaco Oliveira, Dionísio Carvalho, Eneas Sampaio, João Viana, Massud Ruffeil, Pedro Carneiro, Reis Ferreira, Rodolpho Chermont Júnior, Ignácio Moura Filho, Fernando Magalhães, Geraldo Palmeira, Simplício Medeiros, Stélio Maroja, Victor Paz, Amintor Cavalcante, Adriano Gonçalves, Dário Dias, Edir Rocha, Milton Dantas, Wilson Amanajás, Benedito Monteiro, Waldemir Santana, Gurjão Sampaio, Cléo Bernardo. O senhor Presidente Newton Miranda, secretariado pelos deputados Avelino Martins e Alvaro Kzan, constatando haver número legal, deu por abertos os trabalhos, anunciando que o motivo da presente sessão, tinha a finalidade da eleição da composição da Mesa desta Assembléa para o período Legislativo a instalar-se dia quinze do corrente mês. Nessa oportunidade, o deputado Geraldo Palmeira solicitou da palavra, levantando uma questão de ordem, no sentido de que fossem convocados para votarem na eleição da Mesa, os suplentes dos deputados Américo Silva e Benedito Monteiro, ambos do Partido Trabalhista Brasileiro, uma vez que os mesmos, conforme o DIÁRIO OFICIAL do dia doze, ainda se encontravam investidos nas funções de Secretários de Estado. O senhor Presidente, apoiando-se no fato de que não poderia negar o direito ao deputado eleito exercer o seu mandato, indeferiu a questão de ordem levantada, uma vez que o DIÁRIO OFICIAL era da sessão anterior, e sobre a Mesa se encontravam os decretos que convocaram referidos deputados para as funções de Secretários de Estado. A seguir, suspendeu a sessão para que fossem confeccionadas as chapas para a votação. Reiniciados os trabalhos, após terem sido examinados a urna e o gabinete indevassável, que foram dados como legais, procedeu-se a votação, em escrutínio secreto, observadas as exigências regimentais. Constatando-se que compareceram e votaram trinta e três senhores deputados, sendo apurado pelos senhores Secretários e assistido pelos deputados dos diversos Partidos com representação nesta Assembléa, o seguinte resultado: Para Primeiro Vice-Presidente, Dionísio Bentes de Carvalho, dezoito votos e Ciriaco Gurjão Sampaio, quatorze votos. Para Segundo Vice-Presidente, Waldemir Santana, dezessete votos; Alfredo Gantuss, quatorze votos e Wilson Amanajás, dois votos. Para Terceiro Vice-Presidente, Alvaro Kzan,

dezenove votos e Dário Dias, quatorze votos. Para Primeiro Secretário, Avelino Martins, vinte e três votos e em branco, dez votos. Para Segundo Secretário, Acindino Campos, dezoito votos; Amintor Cavalcante, doze votos, e em branco, dois votos. Para Terceiro Secretário, Victor Paz, dezoito votos; Acindino Campos, doze votos, e em branco, dois votos. Para Quarto Secretário, Miguel Santa Brígida, dezoito votos; Fernando Magalhães, Dário Dias, Pedro Carneiro, Simplício Medeiros, Milton Dantas, Gurjão Sampaio, Alfredo Gantuss, Stélio Maroja, Edir Rocha, Victor Paz e Amintor Cavalcante, cada um com um voto, e em branco três votos. Diante do resultado acima apurado, o senhor Vice-Governador Newton Miranda, Presidente do Poder Legislativo, proclamou eleitos e empossados os que obtiveram maioria de votos, nos pessoas dos Excelentíssimos Senhores Deputados Dionísio Bentes de Carvalho, para Vice-Presidente; Waldemir Santana, para Segundo Vice-Presidente; Alvaro Kzan, para Terceiro Vice-Presidente; Avelino Martins, para Primeiro Secretário; Acindino Campos, para Segundo Secretário; Victor Paz, para Terceiro e Miguel Santa Brígida para Quarto Secretário. Pela ordem, usaram da palavra os deputados Dionísio Carvalho, Gurjão Sampaio e Waldemir Santana, todos agradecendo a eleição que acabam de receber, em cujos cargos prometeram corresponder à confiança que lhes foram depositadas. Por solicitação da presidência, foram designados pelas suas bancadas como oradores na sessão solene de instalação dos trabalhos da Casa no próximo dia quinze do corrente, os seguintes deputados: Benedito Monteiro, Stélio Maroja, Geraldo Palmeira, Reis Ferreira, Adriano Gonçalves e Cléo Bernardo. A seguir, o senhor Presidente convidou os deputados presentes para uma recepção no Salão de Honra desta Assembléa, oportunidade em que seriam homenageados os recém-eleitos. A presente sessão foi encerrada às dez horas e quinze minutos, sendo convocados os senhores deputados para a sessão de instalação do próximo dia quinze do corrente, às dez horas. Foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa. Sala das Sessões da Assembléa Legislativa do Estado do Pará, em treze de Abril de mil novecentos e sessenta e um. (aa) Vice-Governador Newton Miranda, Presidente; Avelino Martins e Acindino Campos, Secretários.

Ata da terceira sessão ordinária da Assembléa, em dezoito de abril de mil novecentos e sessenta e um.

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e um, nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, às quinze horas e quinze minutos no salão de sessões da Assembléa Legislativa, edificio da Municipalidade, presentes os Excelentíssimos senhores deputados Agenor Moreira, Alcides Sampaio, Alvaro Kzan, Anibal Duarte, Benedito Carvalho, Ciriaco Oliveira, Massud Ruffeil, Pedro Carneiro, Rodolpho Chermont Júnior, Ignácio Moura Filho, Abel de Figueiredo, Fernando Magalhães, Geraldo Palmeira, Santa Brígida, Stélio Maroja, Victor Paz, Cléo Bernardo, Amintor Cavalcante, Adriano Gonçalves, Dário Dias, Edir Rocha, Milton Dantas, Wilson Amanajás, Alfredo Gantuss, Américo Silva, Efraim Bentes, Waldemir Santana. O senhor Presidente Dionísio Carvalho, secre-

ariado pelos deputados Avelino Martins e Acindino Campos, constatando haver número legal, deu por abertos os trabalhos, mandando proceder a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada. A seguir, a presidência anunciou que de acordo com o que ficou decidido em sessão anterior, a hora do expediente da presente sessão, seria ocupada pelo deputado federal Silvio Braga, que se encontra na ante sala, foi convidado a entrar no plenário, através de uma comissão designada pela Mesa. Isto feito, o ilustre parlamentar, foi concedida a palavra, e assumindo a tribuna, proferiu uma pelíssima conferência sobre o monopólio integral da borracha, na qual, abordou o significado do novo decreto presidencial sobre o assunto, demonstrando-se em estudos que havia feito, constantes de um livro de sua autoria, que fez publicar. Na oportunidade, o orador foi distinguido com indagações dos deputados Adriano Gonçalves e Geraldo Palmeira, indagações estas respondidas com grande conhecimento, satisfazendo plenamente os seus indagadores, que se deram por satisfeitos. Ao finalizar, o parlamentar Silvio Braga foi bastante aplaudido, recebendo felicitações pessoais dos deputados Dário Dias, Benedito Carvalho e Fernando Magalhães, que interpretaram também, o pensamento dos partidos aos quais estão filiados. A Presidência, também, louvou ao conferencista os seus aplausos, e ao almejar-lhe felicidades, fez votos para que continue a honrar com sua presença, o legislativo paraense. A sessão foi suspensa por alguns minutos para que os senhores deputados levassem até à porta de saída o digno representante paraense na Câmara Federal. Reiniciados os trabalhos às dezesseis horas e trinta e cinco minutos, foi anunciada a Primeira Parte da Ordem seguintes requerimentos: do

deputado Wilson Amanajás, que trata de profundo pesar pelo falecimento do senhor João Monteiro de Pina, com a manifestação favorável dos deputados Stélio Maroja e Benedito Carvalho; do deputado Santa Brígida, de congratulações pela inauguração do setor de prática da Faculdade de Direito do Pará; sessenta e quatro barra sessenta e um, segunda parte do requerimento do deputado Benedito Monteiro anteriormente aprovado, parte esta que trata de apêlo ao Presidente da República, no sentido de que não permita que nossa Pátria se torne cúmplice dessa manobra colonialista e imperialista; sessenta e cinco barra sessenta e um do deputado Cléo Bernardo, para que seja levado ao conhecimento do Presidente da República que nas terras habitadas pelos índios Tiriós, entre Óbidos e Oriximiná, americanos estariam cuidando de instalar uma base de observações de teleguiados, e sessenta e seis barra sessenta e um do deputado Milton Dantas, que trata da liberação dos carros apreendidos a Motoristas profissionais de nossa praça. O deputado Cléo Bernardo apresentou um requerimento, solicitando energicas providências por parte do Poder Executivo, contra as irregularidades praticadas pelo Rio Impex. O deputado Avelino Martins apresentou um requerimento, solicitando providências para o melhoramento da estrada

Igarapé-Açu — Maracanã. Na segunda parte da ordem do dia, foram aprovados, os seguintes processos: Em terceira discussão, os de números duzentos e oitenta e dois barra sessenta do Executivo, abrindo crédito em favor de Antônio Fernandes da Costa; trezentos e dezesseis barra sessenta do Executivo, abrindo crédito em favor de Maria Nazaré Cibelli Alves; trezentos e vinte barra sessenta do Executivo, abrindo crédito em favor de Ignácio de Souza Moita, e trezentos e oitenta barra sessenta do deputado Stélio Maroja, restaurando o orfanato do Colégio Gentil Bittencourt. Continuando em segunda discussão o processo cento e vinte e oito barra cinquenta e nove do deputado Newton Miranda, dispondo sobre a modificação do Regimento Interno da Assembléia Legislativa, apresentaram emendas os deputados Abel de Figueiredo, Ignácio Moura Filho, Avelino Martins e Amintor Cavalcante. Esgotada a hora, a presente sessão foi encerrada às dezessete horas e quarenta minutos, sendo marcada outra para o dia seguinte, à hora regimental. Foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada será assinada pelos membros da Mesa. Sala das sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em dezoito de abril de mil novecentos e sessenta e um. (a.a.) Waldemir Santana — Presidente, Avelino Martins e Acindino Campos — Secretários.

Secretaria da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em vinte e sete de abril de mil novecentos e sessenta e um.

Ata da segunda sessão ordinária da Assembléia, em dezoito de abril de mil novecentos e sessenta e um.

Aos dezoito dias do mês de abril do ano de mil novecentos e sessenta e um nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, às quinze horas e quinze minutos no salão de sessões da Assembléia Legislativa, edifício da Municipalidade, presentes os Excelentíssimos Senhores Deputados Acindino Campos, Agenor Moreira, Alcides Sampaio, Alvaro Kwan, Anibal Duarte, Benedito Carvalho, Ciriaco Oliveira, Elias Salame, Massud Ruffeil Pedro Carneiro, Reis Ferreira, Rodolpho Chermont Junior, Inácio Moura Filho, Abel de Figueiredo, Fernando Magalhães, Geraldo Palmeiras Santa Brigida, Stélio Maroja, Victor Paz, Cléo Bernardó, Amintor Cavalcante, Adriano Gonçalves Dário Dias, Edir Rocha, Milton Dantas, Wilson Amanajás, Alfredo Gantuss, Américo Silva Benedito Monteiro, Waldemir Santana. O Senhor Presidente Dionísio Carvalho, secretariado pelos Deputados Avelino Martins e Acindino Campos, constatando haver número legal deu por abertos os trabalhos, mandando proceder a leitura da ata da sessão anterior, a qual foi aprovada. O primeiro orador da hora do Expediente foi o Deputado Cléo pediente foi o Deputado Cléo querimento, de apelo ao Chefe do Poder Executivo no sentido de estabelecer a mais rigorosa austeridade para o seu governo, abolindo completamente qualquer gasto com festas, recepções ou viagens, dada a situação financeira que o Estado atravessa. Seguiu-se na tribuna o Deputado Reis Ferreira, que abriu o assunto

referente ao requerimento anteriormente apresentado pelo representante socialista, pediu que fosse sustado qualquer um mau juízo que se quizesse fazer ao governo do doutor Aurélio do Carmo, pois que, no debate da matéria, darja uma explicação completa das atividades tomadas por sua Excelência. O Deputado Fernando Magalhães apresentou um requerimento, para que seja telegrafado à todas as Assembléias Legislativas e aos chefes de governo dos Estados e territórios amazônicos, manifestando o veemente apelo desta Casa, no sentido de que se dirijam ao Senhor Presidente da República, expressando o vivo empenho da Amazônia pelo restabelecimento do monopólio integral da borracha, através da simples revogação dos decretos quarenta e quatro mil setecentos e vinte e oito de vinte e dois de outubro de mil novecentos e cinquenta e oito e quarenta e sete mil cento e sessenta e sete quatro de dezembro de mil novecentos e cinquenta e nove. O Deputado Wilson Amanajás encaminhou à Mesa um requerimento solicitando imediatas providências para coibir os excessos cometidos pela direção do Colégio Estadual Paes de Carvalho, os quais vêm prejudicando os alunos daquele estabelecimento de ensino. O Deputado Pedro Carneiro ocupou a tribuna, para analisar fatos relacionados com o procedimento do juiz de direito de Marabá, Raimundo Olavo da Silva Torres que no entender do orador é uma desmoralização para o Poder Judiciário do Pará. Durante a sua longa oração, o orador procedeu a leitura de vários documentos, os quais, pelo seu conteúdo, atingem frontalmente aquele magistrado. Esgotada a hora, o orador ficou inscrito para continuar na sessão seguinte. Na Primeira Parte da Ordem do Dia, o Deputado Geraldo Palmeira, depois de proceder a leitura de uma mensagem do Ministro Fidel Castro, para que constataste dos anais da Casa, manifestou a sua repulsa pela invasão do território Cubano. O Deputado Milton Dantas encaminhou à Mesa um projeto de lei, elevando o auxílio dado pelo Estado, ao Dispensário São Vicente de Paula. O Deputado Adriano Gonçalves ocupou a tribuna para concluir a sua oração interrompida na véspera, apresentando por fim um requerimento, solicitando a renovação de leis, no sentido de se positivar o monopólio integral da borracha. O Deputado Stélio Maroja apresentou dois requerimentos: o primeiro, de apelo ao Governador do Estado, no sentido de que determine ao Departamento Estadual de Estradas de Rodagem, o exame imediato do aumento dos vencimentos dos seus servidores, e o segundo, solicitando informações a respeito do pagamento das despesas feitas em duas viagens pelo ex-governador Moura Carvalho e seus correligionários, ao Baixo Amazonas, durante o ano passado. O Deputado Avelino Martins apresentou dois requerimentos: o primeiro, de apelo ao Ministro da Educação, solicitando o imediato funcionamento do Ginásio Estadual de Campanema, bem como o de Castanhal, num atendimento aos ardentes anseios das populações ali radicadas, e o segundo, solicitando ao Ministro da Agricultura, o envio urgente de vacinas contra a peste suína,

que ora está grassando nos municípios de Muaná, Afuá e os demais da Ilha do Marajó. Na Primeira Parte da Ordem do Dia, foram aprovados, os seguintes processos: Em redação final setecentos e quarenta e oito barra sessenta do Deputado Massud Ruffeil, concedendo um auxílio à Sociedade Recreativa nove Baões da cidade de Bragança. Em terceira discussão, foram aprovados, os de números cento e trinta e nove barra sessenta do Deputado Dário Dias, reconhecendo de utilidade pública a Sociedade Filantrópica Brasileira de Belém; duzentos e trinta e um barra sessenta do Deputado Bernardino Silva, autorizando a construção de um posto médico, em Terra Firme, nesta Capital, duzentos e setenta e sete barra sessenta do Deputado Francisco Leite concedendo auxílio à Associação Rural de Ponta de Pedras. Em segunda discussão, foram aprovados, os seguintes processos: duzentos e oitenta e dois barra sessenta do Executivo, abrindo crédito em favor de Antonio Fernandes Costa, com emenda do Deputado Geraldo Palmeira; trezentos e dezesseis barra sessenta do Executivo, abrindo crédito em favor de Maria de Nazaré Cibelli Alves; trezentos e vinte barra sessenta do Executivo, abrindo crédito e em favor de Ignácio Souza Moita, e trezentos e

vinte barra sessenta do Deputado Stélio Maroja, dispondo sobre a restauração do Orfanato do Colégio Gentil Bittencourt. Anunciada a discussão do processo cento e vinte e oito barra cinquenta e nove do Deputado Newton Miranda, a palavra foi concedida ao Deputado Abel de Figueiredo, que justificando, apresentou, assinadas pelo Deputado Dionísio Carvalho diversas emendas e continuava com a palavra quando a hora foi esgotada, ficando inscrito para continuar na sessão seguinte. O orador antes de concluir as suas justificativas, agradeceu ao Presidente Dionísio Carvalho a honra que lhe deu subscrevendo as suas emendas e a distinção que lhe fora confiada para esse trabalho. O Presidente justificou o seu procedimento, ressaltando a atuação do representante progressista, que tem sido sempre pelo alto conceito do Poder Legislativo. A presente sessão foi encerrada às dezoito horas, sendo marcada outra para o dia seguinte, à hora regimental. Foi lavrada a presente ata que depois de lida e aprovada, será assinada pelos membros da Mesa. Sala das sessões da Assembléia Legislativa do Estado do Pará, em dezoito de abril de mil novecentos e sessenta e um. (a) DIONÍSIO CARVALHO, Presidente — AVELINO MARTINS e ACINDINO CAMPOS, Secretários.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL

CHAMADA DE ELEITORES

Devem comparecer com a máxima urgência no Cartório da 29a. Zona Eleitoral, a fim de regularizarem as suas situações as seguintes eleitoras: — Juraci de Oliveira Brasil e Darcí de Oliveira Brasil.

CARTÓRIO ELEITORAL DA 29a. ZONA

Edital com prazo de 10 dias

Pedido de Transferência de eleitor

O Doutor Edgar Machado de Mendonça, Juiz Eleitoral da 29a. Zona da Comarca da Capital, do Estado do Pará, por nomeação legal etc.

Faço saber a quem interessar possa que os eleitores abaixo discriminados requereram a este Juízo transferência de seus títulos de acordo com o art. 16 da Resolução n. 2.550 do Superior Tribunal Eleitoral.

Josué Pereira da Silva, portador do título n. 3.209, expedido pela 13a. Zona de Bragança, Estado do Pará.

Carlos Larrosa, portador do título n. 41.411 expedido pela 1a. Zona Eleitoral de Porto Alegre, Rio Grande do Sul.

Alberto da Silva Mera, portador do título n. 510, expedido pela 19a. Zona Eleitoral de Monte Alegre.

Manoel Pinto da Costa, portador do título n. 708, expedido pela 32a. Zona Eleitoral de Marapanim, Pará.

E, para constar mandei expedir o presente edital nos termos do art. 11 da Lei n. 2550 de 25 de Julho de 1955, que será publicado pela imprensa e afixado no lugar de costume. Dado e passado nesta cidade de Belém, Capital do Estado do Pará, aos cinco dias do mês de maio do ano

de mil novecentos e sessenta e um. Eu, Armando Amaral Sá, escrevivo e datilografei.

(a) Dr. Edgar Machado de Mendonça — Juiz Eleitoral da 29a. Zona.

VISTA

Pelo presente edital, faço com vista aos interessados, pelo prazo legal de três (3) dias, o recurso interposto pelo Partido Social Progressista contra o Acórdão n. 7750, de 8 de abril de 1961, ordenatório da inscrição do alistamento Maria Remos dos Santos, que fora indeferida pelo Dr. Juiz Eleitoral da 19a. Zona (Monte Alegre).

Secretaria do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, em 8 de maio de 1961.

Edgar de Souza Franco
Diretor da Secretaria

VISTA

Pelo presente edital, faço com vista aos interessados, pelo prazo legal de três (3) dias, o recurso interposto pelo Exmo. Sr. Dr. Procurador Regional Eleitoral contra o Acórdão n. 7552, de 29 de outubro de 1960, que manteve a validade de um voto, para Governador do Estado, colhido no Nonagésimo do município do Moju, cuja apuração esteve a cargo da 35a. Junta Eleitoral.

Secretario do Tribunal Regional Eleitoral do Pará, 6 de maio de 1961.

Edgar de Souza Franco
Diretor da Secretaria